

-----ATA N.º 4 DE 29 DE JUNHO-----

----- Aos vinte e nove de junho de 2022, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 – Proposta n.º 15/AM/2022 - Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 16/AM/2022 - Apreciação da 1ª fase do Estudo sobre o Futuro da Política de Saúde no Oeste;-----
- 3 – Proposta n.º 20/CM/2022 - Apreciação e votação da alteração dos mapas orçamentais “Demonstração de execução orçamental da despesa” e “Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos” aprovados na prestação de contas de 2021 do Município de Torres Vedras; -----
- 4 – Proposta n.º 21/CM/2022 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras de 2021;-----
- 5 - Proposta n.º 22/CM/2022 - Apreciação e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento do Município de Torres Vedras de 2022;-----
- 6 - Proposta n.º 23/CM/2022 - Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----
- 7 - Proposta n.º 24/CM/2022 - Apreciação e votação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Torres Vedras de 2022;-----
- 8 – Autorização da Repartição de Encargos:-----
- 8.1 - Proposta n.º 25/CM/2022 - Aquisição de serviços de professores para dinamização de Atividades de Enriquecimento Curricular - Ano letivo 2022/23;-----
- 8.2 - Proposta n.º 26/CM/2022 - Empreitada de requalificação da Praça Machado Santos em Torres Vedras;-----
- 8.3 - Proposta n.º 27/CM/2022 - Aquisição de combustíveis rodoviários para a frota automóvel dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro (AQ) n.º 06/2020 da CC da OesteCIM;-----
- 8.4 - Proposta n.º 28/CM/2022 - Aquisição de serviços de limpezas de edifícios escolares;-----
- 9 - Proposta n.º 29/CM/2022 - Apreciação e votação do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Santa Cruz – Versão final;-----
- 10 - Apreciação e votação de petições:-----
- 10.1 - Proposta n.º 17/AM/2022 - “Mais estacionamento livre para os trabalhadores”- primeiro subscritor Daniela Filipa Oliveira Martins;-----
- 10.2 - Proposta n.º 8/AM/2022 - “Troço Ramalhal/Torres Vedras Norte da A8” – primeiro subscritor Pedro Manuel de Almeida Nunes Barata;-----

----- 11 - Proposta n.º 18/AM/2022 - Informação das comissões; -----

----- 12 - Proposta n.º 19/AM/2022 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

Informação sobre competências delegadas: -----

----- 12.1 - Proposta n.º 20/AM/2022 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário). -----

----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldes, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e David Alves Gomes Lopes. -----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Dina Teresa Almeida (em substituição de Duarte Pacheco), Francisco João Pacheco Martins, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----

----- O **presidente da Assembleia** como nota prévia, disse que sendo esta sessão ordinária, precisamente no dia de S. Pedro, resolveu antecede-la de um jantar que se realizou na feira e que foi muito agradável, esperando poder vir a repeti-lo nos próximos anos. Mais satisfação teve por ver a feira com muita atividade e dinamismo, sendo gratificante, passados estes dois anos de pandemia, ver a iniciativa e energia do tecido empresarial torriense, assim como a adesão da comunidade, pelo qual gratula todos. -----

----- Relativamente aos processos de desagregação de freguesias, em curso em três freguesias do concelho, informou que deu entrada nos serviços de apoio da Assembleia o processo de Dois

Porto e Runa e é expectável que nas próximas semanas venham a receber também o de A-dos Cunhados e Maceira e o de Santa Maria, São Pedro e Matacães. -----

----- Acrescentou que, conforme acordado em reunião da Comissão Permanente de Líderes de 21/06, todos os processos vão ser previamente analisados pelos serviços da Assembleia Municipal, com apoio do gabinete jurídico da Câmara Municipal, a fim de verificar o cumprimento de todos os preceitos legais necessários, ou seja, se alguma lacuna for encontrada, ajudar a que se corrija em tempo, como já constatarem numa primeira leitura que foi feita ao processo de Dois Portos e Runa. -----

----- Terminada essa verificação legal, os processos regressarão à Mesa da Assembleia Municipal que, caso seja necessário, fará um convite à/ Assembleia de Freguesia respetiva para melhorar ou completar a proposta e depois da análise de todos os processos, remeterá formalmente ao executivo para parecer obrigatório, nos termos da Lei, no prazo de 15 dias. -----

----- Informou ainda que as propostas serão agendadas para discussão e votação numa mesma sessão extraordinária, prevista para outubro (os processos devem chegar até Assembleia da República em novembro) e caso venha a ocorrer alguma alteração legislativa, adaptarão os procedimentos previstos. -----

----- De seguida deu início ao período aberto à intervenção do público, para o qual tinham recebido quatro inscrições:-----

DESAGREGAÇÃO DA FREGUESIA DE RUNA: -----

----- O *munícipe* **Pedro Martins** anunciou que hoje estava presente para falar em nome da nova associação “Runa Viva”, que foi criada para tratar de muitos assuntos da freguesia que escapam à junta e à Câmara Municipal. -----

----- Relativamente ao assunto em título, e na sequência da informação dada pelo presidente da Assembleia na sua nota prévia, disse que esta era uma matéria que muito os preocupa porque sabem que envolve muitas formalidades e burocracias, e temem que alguma coisa falhe. Assim, solicitou que alguma incongruência que eventualmente seja encontrada no processo, tão breve quanto possível, lhes seja comunicado, para resolverem o que há para resolver. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO DE SITUAÇÃO DA ESTAÇÃO SUBTRAÇÃO DA LINHA DO OESTE – RUNA: -----

----- O *munícipe* **Pedro Martins** deu nota que na última reunião em que a Plataforma Runa Acontece esteve presente, sugeriram uma localização que cumpria os desígnios do dono da obra ou seja, pareceu-lhes que a Infraestruturas de Portugal, S.A. ficou de estudar essa possibilidade. -

----- Deu nota ainda que na defesa dos interesses da população, convidaram os presidentes da Assembleia e da Câmara para visitarem o local proposto, mas certamente, por falta de agenda essa visita ainda não terá sido efetuada.-----

-----Assim, solicitou que a edil esclareça se tem havido comunicação da Infraestruturas de Portugal e havendo quais as suas intenções para a localização definitiva da subestação. -----

-----A **Presidente da Câmara**, esclareceu que após a citada reunião ficou a aguardar que a IP comunicasse se havia viabilidade ou não, para a hipótese que foi colocada, uma vez que também lhe que pareceu que a tinham acolhido bem, mas face à ausência de resposta, há cerca de 15 dias contactou a entidade, que lhe comunicou que aquela hipótese já estava na posse dos engenheiros para fazerem o estudo de viabilidade. Para além disso e como o município não tinha recebido informação formal, teve oportunidade, no dia anterior de questionar pessoalmente o Vice-Presidente da IP, que lhe confirmou essa informação, tendo depois a seu pedido, recebido dele a seguinte mensagem: “Na sequência dos compromissos assumidos, o IP está a desenvolver o estudo de viabilidade para a localização para a subestação de Runa ao Km 60. Contamos poder concluir o mesmo durante o próximo mês de julho e daremos informação logo que disponível”.-----

-----Assim, parece-lhe que as coisas estão bem encaminhadas para que aquela solução possa ser de agrado de todos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *munícipe Pedro Martins* fez notar que a revisão em curso, equaciona grandes alterações no que à localidade de Runa diz respeito, que se localiza num vale, em leito de cheia, e onde numa das encostas, não se pode construir porque os terrenos estão inseridos em REN ou RAN e na única zona onde se pode e que estava abrangida pelo PDM em vigor, vai ter uma parte substancial cortada. -----

-----Reforçou que é uma preocupação imensa para os runenses, solicitando que fosse dado especial atenção a esta particularidade. Acrescentou que de acordo com o plano prévio, a zona do Monte Rego Pequeno, vai levar um corte significativo, e só consegue entender esse corte, à luz da proteção de direitos que não deviam ser direitos, e que têm a ver com ambiente, pelo que terá todo o gosto em fazer chegar o *link* à presidente da Câmara para analisar e depois tirar as devidas conclusões. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que o processo em causa está a seguir os preceitos legais a que está sujeito e neste momento aguarda a emissão de pareceres das diversas entidades que se têm que pronunciar, relativamente à proposta apresentada ao Executivo Municipal. Posteriormente haverá um período de discussão pública, onde poderão ser apresentadas propostas de alteração e solicitou ao cidadão que lhe fizesse chegar citado o *link*, que pode ser um dado importante para o trabalho da Câmara Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROPOSTAS Á AUTARQUIA: -----

-----O **cidadão João Alves**, antes de abordar as questões que o trouxeram ao plenário, lembrou que nas últimas vezes veio falar da Estação de Transferência e Ecocentro de Torres Vedras, que se localiza na Paúl, aproveitando o momento para dizer que não sabe se está a funcionar a 100% e que aguardava pelo convite para visitar o equipamento, como lhe foi prometido.-----

-----De seguida apresentou as seguintes propostas:-----

----- 1 - Criação de instalações sanitárias nas instalações no Mercado Abastecedor. Não existem nenhuma nas instalações do mesmo sendo as mais próximas no terminal rodoviário o que impossibilita a utilização da mesma por clientes e fornecedores do mercado.-----

-----2 - Criação de um parque TIR na localidade de A-dos-Cunhados, pois com o aumento do tráfego de veículos pesados para as empresas horticolturas da região, a vila é local onde vários transportadores param os seus veículos pesados e onde pernoitam os seus motoristas. A ideia seria criar um local com instalações sanitárias com duche onde os motoristas possam fazer a sua higiene diária.-----

-----3 - Criação de uma campanha de sensibilização dos SMAS para o problema do Lixo e resíduos no concelho. Esta campanha seria para se fazer a divulgação dos serviços de recolha de monstros, resíduos verdes e de construção, da localização do ecocentro e dos seus serviços, e pontos de descarga de resíduos de obras, para mudar a mentalidade das pessoas e deixarmos de ter lixeiras junto dos caixotes do lixo e descargas de resíduos de obras nas matas da região.-----

-----4 - Divulgação com destaque nas redes sociais e na página de Internet da Autarquia das reuniões Publicas de Câmara e da Assembleia Municipal com o mínimo de 2 dias úteis.-----

-----5 - Criação de casa abrigo para vítimas de violência doméstica e filhos e apoio de abrigo temporário para as vítimas de violência doméstica. No Apoio de abrigo temporário a ideia seria a criação um apoio ou protocolo com instalações hoteleiras, através do qual a autarquia, financiasse a estadia da vítima e filhos até se arranjar uma solução definitiva, pois muitas vezes não tendo outro local volta para a casa onde se encontra o agressor ou em caso de expulsão da habitação terem local temporário onde pernoitar. Esse protocolo poderia ser acionado pelas autoridades aquando da apresentação da queixa no caso de os serviços sociais estarem encerrados. A casa abrigo seria um local onde as vítimas de violência doméstica com menos possibilidades económicas, teriam uma habitação enquanto recompunham a sua vida e até conseguir uma habitação própria, de renda ou social.-----

-----6 - Colocação de uma passadeira com semáforos, na estrada que vai de Torres Vedras para Santa Cruz, a seguir à localidade da Paúl, onde existem 2 paragens, uma vez que as pessoas têm que atravessar 4 faixas para as usufruir.-----

-----Por último questionou para quando a conclusão da ponte da Variante de A-dos-Cunhados e se a estrada de acesso à mesma está prevista.-----

-----A **Presidente da Câmara** começou por agradecer a intervenção pela preocupação que espelha e pela bondade do que propõe. -----

-----Relativamente aos resíduos de construção e demolição informou que os SMAS estão a promover reuniões com as juntas de freguesia do concelho e com os serviços de Fiscalização Municipal no sentido de comunicarem sobre a forma de lidar com assunto, por forma a haver sensibilização e um trabalho efetivo neste âmbito, pois sabem que tem havido um espalhar pelo concelho deste tipo de resíduos, que é preciso conter.-----

-----No tocante à casa abrigo explicou que o Município apoia vítimas de violência doméstica e crianças, mas estas situações não são divulgadas exatamente pelas suas características. Para além disso as vítimas não são acolhidas nos seus locais de residência, e assim é natural que não seja do conhecimento popular, mas estes apoios estão a ser feitos no concelho e com muita acuidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSO A TORRES VEDRAS – A8:-----

-----O *cidadão Pedro Barata* começou por lembrar que no dia 23/02/2022 na Assembleia Municipal, apresentou e entregou uma petição, subscrita por mais de uma centena de munícipes torrienses, cuja objetivo final era e continua a ser o de conseguir a reclassificação do troço da A8 entre os nós 8 TV norte e 9 Ramalhal, como troço tráfego local, estendendo assim até este último ponto, as condições de utilização que vigoram já entre os nós 7 e 8 incluindo a subjacente taxa de portagem, e que foi agendada em abril, em cumprimento da mera formalidade regimental, sem ter havido análise e debate, e ficaram a aguardar novos desenvolvimentos que aparentemente poderão ter lugar no decorrer desta sessão pois constava da agenda divulgada em edital.-----

-----Pese embora desconhecendo a natureza ou profundidade da análise ou decisões sobre este tema que venham a ser hoje estabelecidos pelo plenário, mas confiando que sobre o mesmo possa haver uma definição política clara, aproveitou para reiterar algumas das linhas de força da petição e do seu objetivo. -----

-----Assim tem profunda expectativa que a Assembleia Municipal hoje assuma uma posição clara e inequívoca de apoio a esta solução e que em sequência seja possível manter uma colaboração estreita e solidária entre todos os órgãos autárquicos, provavelmente sob liderança do órgão executivo, mantendo este objetivo de reclassificação deste troço da A8 nos seus planos de ação e agenda política, de forma urgente, sem hesitações ou ambiguidades para benefício da cidade, do concelho e dos munícipes.-----

-----Para além dos óbvios benefícios da solução proposta, pensa que estão reunidas todas as condições políticas, quer ao nível local, quer ao nível central para que sejam tomadas sem entraves ou protelamentos as decisões que se impõem, na medida em que não serão necessários

grandes estudos, pareceres prévios ou algo do género, assim haja vontade política para tal, porque são precisas hoje, soluções para os problemas que os munícipes enfrentam hoje, num contexto de ordenamento do território, distribuição da população e desafios de mobilidade, que são hoje diferentes dos que existiam no final do século passado.-----

-----O **presidente do Assembleia**, informou que é seu convencimento, depois do decidido na Comissão Permanente de Líderes, a aceitação plena das finalidades propostas na petição em causa e no ponto devido também dará conhecimento de todos os trabalhos que foram realizados, nomeadamente por ele enquanto presidente, no que diz respeito a encontrar a informação necessária para a tomada de decisão desta Assembleia Municipal, sobre a petição.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS - CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE E CENTENÁRIO: --

-----O **cidadão Jorge Ralha**, começou por se manifestar muito satisfeito por estar hoje no plenário para falar do Carnaval, do CAC e muito especialmente das comemorações do seu centenário, não escondendo que vinha fazer uma amigável maldade, prevendo que as coisas não vão correr inteiramente bem, mas gostaria que no futuro ninguém pudesse dizer que desconhecia o assunto.-----

-----Depois de um breve enquadramento histórico, e de se situar pessoalmente, uma vez que exerceu funções na vereação, na Promotorres, e na Comissão de Carnaval, e porque acredita que não há neste tempo, outro cidadão com experiência tão transversal, referiu que os vereadores do UTV - Movimento Unidos por Torres Vedras em reunião do Executivo fizeram uma proposta para a Comissão Consultiva das Comemorações do Centenário em que incluem o seu nome e o de António Carneiro, que a maioria PS chumbou. Também não consideraram nessa comissão, quem fez os fundamentos da estética, os criadores dos carros, nem quem fez a sua história.-----

-----Afirmou que os membros do PS que votaram contra nada fizeram pelo Carnaval, e acha que com isso ganharam a imortalidade, porque daqui a 100 anos ainda vão ser falados por essa atitude que tiveram. Para além disso a proposta incluiu associações carnavalescas, mas só as da cidade, interrogando-se se as das freguesias não contam, questionando desde quando é que o Carnaval é um exclusivo da cidade.-----

-----Também referenciou que há uma Comissão de Honra, que inclui presidentes de Câmara dos cinco carnavais de samba do país.-----

-----Por último chamou a atenção, para o facto de saber que há um movimento para fazer um abaixo-assinado para o CAC passar a museu, mas segundo o ICOM só pode ser considerado “museu” quando tem testemunhos e aquilo que fizeram ali não tem testemunhos nenhuns.-----

-----Entregou na mesa a sua intervenção na íntegra, que o presidente da Assembleia de imediato fez distribuir por todos os presentes.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Início do período antes da ordem do dia:-----

“MEXA-SE PARA A VIDA – DESPORTO SÉNIOR” – 25 JUNHO - EXTERNATO PENAFIRME: ---

----- O *deputado municipal António Carneiro*, interveio para falar em nome de um grupo de 20 turcifalenses seniores, do qual faz parte, que faz ginástica da Casa do Povo do Turcifal, e que participou no final da atividade em título, que juntou cerca de 1100 participantes, expressando os sinceros parabéns à autarquia e a toda a sua equipa pelo que foi um momento memorável e uma extraordinária tarde na Povoia de Penafirme. -----

----- Disse ainda que talvez nunca tenha sentido que o dinheiro é bem gasto como nesta organização e teria sido bom que as televisões aparecessem nestes eventos porque era preciso mostrar ao país o que se faz de bom e ninguém sabe.-----

----- A *presidente de Câmara* agradeceu a palavras do deputado sobre o programa em causa, que é organizado por uma equipa de trabalho que há muitos anos se dedica ao mesmo com a maior competência e dedicação e que este ano pode fazer a festa final, dando-lhe um cunho diferente daquilo que era habitual, que agradasse a quem teve dois anos sem se poder juntar, o que é de extrema importância para os mais idosos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FEIRA DE S. PEDRO: -----

----- Relativamente ao evento deste ano, o *deputado municipal António Carneiro*, que foi durante 15 anos presidente da comissão da Feira de S. Pedro, fez notar que nunca viu um programa tão bem elaborado, consistente, e cruzado, tendo sentido pena de não se ter lembrado de fazer um programa paralelo de formação, pois limitavam-se aos feirantes e aos divertimentos, mas há muito mais e o programa deste ano é simplesmente notável. -----

----- No seguimento da intervenção anterior a *deputada municipal Marta Geraudes* também parabenizou a edição deste ano da feira, que no fundo é uma montra da atividade económica e dos agentes económicos do concelho, mas também importante para os que vêm de fora.-----

----- Acrescentou parabéns pela introdução dos concertos, pelo aumento das casas prefabricadas de venda que foram colocadas e também pela introdução do mostruário dos meios ao dispor do Serviço Municipal de Proteção Civil, ótimo para as pessoas verem onde é investido o dinheiro. -----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* registou que no dia 29 de junho passou parte do dia na feira numa iniciativa da Associação SFCOLAB - Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura - do qual a edil é uma das principais impulsionadoras, que muito gostou, uma vez que estão num território, que tem na agricultura, nas vertentes de horticultura e viticultura, as áreas mais importantes do tecido produtivo do concelho. -----

----- Reforçou que o SFCOLAB é um projeto que pessoalmente e institucionalmente sempre

acarinhou, mas vê agora que está a começar a ter um rumo diferente e a ter mais pujança, decerto por intervenção da autarca e também da Agência Investir Torres Vedras. -----

-----Disse ainda ter ficado impressionado por ter ficado a saber, através do representante da Câmara do Fundão, que existem neste concelho mil programadores, não só na área da cereja, mas da amêndoa para além de outras diversas e acha que este é um bom exemplo a seguir. Ficou a pensar que existindo verbas do PRR para investir, devem apostar na modernização, de forma a cativar visões diferentes, e apostar em novas empresas, em termos de digitalização e economia circular, vindo a incluir a questão da escassez de recursos, mormente da água, assim como novas áreas, como a produção de carne vegetal. -----

-----Considera essencial que a autarquia continue a incentivar e a valorizar esta área, porque é sem dúvida um dos tecidos produtivos mais importantes e que dá um poder económico muito grande ao concelho. -----

-----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* acrescentou o seu regozijo pelas notáveis melhorias que constatou no certame deste ano. -----

-----Agradecendo as palavras dos deputados a **presidente de Câmara** manifestou-se satisfeita por ver, 2 anos depois, o regresso da Feira de S. Pedro quase como era, se bem que o número de expositores seja mais pequeno, do que em 2019, facto que não se deve a uma retração da economia, mas à falta de material para expor. Em termos económicos e até hoje o *feedback* é extraordinariamente positivo e compensador para todos, o que a satisfaz imenso, porque bem é necessário que as pessoas possam ter a recompensa daquilo que ficou para trás, por causa da pandemia. -----

-----Deu nota também que em termos de afluência, registaram, até ao dia anterior mais 10 mil pessoas relativamente ao período homólogo de 2019, o que superou as suas expectativas pois pensava que ficariam ao mesmo nível ou pouco abaixo, porque estão numa situação de recuperação.-----

-----No tocante ao SFCOLAB, confirmou que está a começar a ter âncoras e a fazer a ligação com o tecido empresarial do concelho como se pretendia, o que é natural pois o conhecimento é maior. Para além disso tem estruturado uma rede significativa com outras entidades, nomeadamente, o “Colaborfood” do Fundão, que desenvolveu um centro de inovação tecnológica e um centro de acolhimento de empresas tecnológicas, que foi uma boa estratégia num território com características tão especiais, tendo sido a forma que arranjam para a promoção do território e que tem tido um acréscimo enorme de *startups*, que estão ali estão sedeadas e fazem realmente muita diferença na produção e transferência do conhecimento, pelo que concorda com o deputado que é um bom parceiro para o trabalho do SFCOLAB. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CTT - ATRASO NA DISTRIBUIÇÃO DE CORREIO:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, interveio no sentido do presidente da assembleia solicitar aos CTT esclarecimentos sobre o atraso que se verifica na distribuição do correio no concelho de Torres Vedras, tendo em conta as dificuldades que impõe aos seus residentes pelo não recebimento atempado do mesmo. Alertou ainda para o facto de ter conhecimento que esta dificuldade ocorre por não substituírem carteiros que se reformam, e assim, devido a esta escassez de recursos humanos, há cidadãos que recebem, muitas vezes, documentos importantes fora de prazo. -----

----- O **Presidente da Mesa** assentiu nesse sentido. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DO TURCIFAL – FALTA DE MÉDICO NO CENTRO DE SAÚDE: -----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, teceu umas breves considerações sobre o histórico dos cuidados de saúde primários prestados na freguesia em título, então na “velha” Casa do Povo lembrando que o Turcifal tem médico talvez 40 anos antes da criação do SNS. -----

----- Com a sua intervenção pretendia chamar a atenção desta Assembleia Municipal para a dupla gravidade da freguesia do Turcifal ir ficar sem médico de família, uma vez que a médica se vai reformar e se não deixa de ser verdade que todos têm direito a médico de família, os turcifalenses sempre usufruíram deste serviço, quando nos anos 40, poucas freguesias do país teriam médico. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ARTIGO DA PRESIDENTE DE CÂMARA NO BADALADAS:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, deu os parabéns à edil pelo fabuloso artigo que fez no Badaladas sobre o Hospital de Torres Vedras, pois entende que é assim que as coisas se poem no terreno explicando ao detalhe o que se está a passar.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

NOVO AEROPORTO: -----

-----Relativamente ao assunto em título o *deputado municipal António Carneiro*, disse que mais uma vez se sente insultado com o que se está a passar lembrando que perderam o aeroporto da OTA, porque um membro do governo, disse à comissão “OTA não porque tem muitos nevoeiros”, mas todos sabem que por detrás estão os *lobbys* dos terrenos do Espírito Santo e da Comporta, porque estão a fazer-se casas na Comporta de 5 milhões e é preciso que esses aviões privados passem a ficar mais perto de casa.-----

-----Disse ainda que quem ficará a rir será o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, que não tarda nada está a pedir um aumento da capacidade do aeroporto do Porto, porque o de Lisboa vai para a margem sul, para mais longe do Oeste. Para além disso considera incompreensível que provisoriamente não se pudesse adaptar a OTA, que dizem ser a maior pista

do país e que está desativada, até haver Alcochete e que se vai gastar dinheiro no Montijo.-----

-----Concluiu dizendo que vai ter muita dificuldade em pagar IRS este ano, porque sente que, nesse particular, o seu dinheiro está a ser malgasto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CADERNOS EXPRESSO:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, como já fez em intervenções anteriores voltou a referir-se aos cadernos expresso, que são muito importantes nesta altura para a divulgação do país chamando a atenção que, mais uma vez, Torres Vedras não consta em nenhum dos mapas. O mapa do centro não tem Lourinhã nem Torres Vedras e acaba em Peniche e o de Lisboa não tem obviamente nenhum dos municípios do Oeste.-----

-----A **presidente de Câmara** informou que os cadernos em causa não são da responsabilidade da autarquia, nem da OesteCIM, sendo o Jornal Expresso que determina a sua organização, lamentando ser verdade que o Oeste raramente aparece divulgado nos mesmos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MÊS DO ORGULHO LGBTI+:-----

-----O *deputado municipal Tomás Lourenço*, começou por fazer o enquadramento histórico do percurso dos movimentos cívicos que reclamam direitos para as pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros) até ao presente mês, dando especial realce a Portugal que tem sido um exemplo a seguir no que à luta por direitos LGBT diz respeito, pois a descriminalização da homossexualidade data de 1982, a união civil entre casais do mesmo sexo de 2010 a par da adoção, tornada possível cinco anos mais tarde, em 2015. Mais recentemente, a autodeterminação da identidade de género em 2018, inscreveu Portugal numa lista restrita de Estados que defendem o direito a uma vida livre, igual e plural.-----

-----Acrescentou que, ainda que alguns atores políticos tentam transformar o Mês do Orgulho LGBTI+ numa celebração exclusiva, o sinal de mais, presente na sigla, sugere que esta se trata de uma causa que pretende incluir todos os agentes sociais que se comportem respeitando os gostos e preferências de cada um. Parafraseando Hillary Clinton, o reconhecimento de tais direitos e garantias a determinada comunidade trata-se de honrar o compromisso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, não de criar exceções das quais a restante sociedade está excluída.-----

-----Neste sentido, disse que é fundamental levarem a cabo um caminho de consciencialização entre pares, promovendo reflexões sociais sobre a temática, tais como a exposição Xénos+, promovida pela Associação IPA em parceria com a Câmara Municipal de Torres Vedras, que cumpre a sua segunda edição no presente ano, ou o hastear da bandeira arco íris, revelando consciência política para estas questões, conforme se fez na freguesia da cidade.-----

-----Por último disse que, para ele enquanto socialista, o direito à vida, o respeito pela dignidade

da pessoa humana e a igualdade são lutas basilares no que à construção de uma sociedade tolerante diz respeito, contudo, é um projeto que se não se pode ficar pelo tolerar, mas que fomenta o respeito para com o diferente, que proteja quem tem a capacidade de ser disruptivo. Todos o são, cada qual à sua maneira e é desta pluralidade que as comunidades são feitas. -----
---- Assim, abraçam o Mês do Orgulho LGBTI+ como uma celebração de amor, fraternidade, igualdade e respeito pela diferença e também como uma luta por direitos humanos. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LITORAL DO CONCELHO:-----

---- O *presidente de junta de freguesia da Silveira Luis Pedro Silva*, interveio no sentido de realçar alguns acontecimentos no litoral do concelho, mais propriamente nas freguesias com praias: Silveira, S. Pedro da Cadeira e A-dos-Cunhados.-----

---- Assim, deu nota que a abertura da época balnear teve início no dia 18 de junho, ato que lhes impõe respeito e tratamento especial, já que as praias são uma mais valia para o concelho e nesse sentido têm o orgulho de este ano ter 13 praias com qualidade de ouro, 12 com bandeira azul, e 9 acessíveis para todos, pelo qual estão todos de parabéns e que resulta do trabalho feito em parceria com autarquia e as freguesias envolvidas, que faz com que cada vez mais as nossas praias sejam procuradas e elogiadas pela sua qualidade e preservação. -----

---- Deu também nota que nesse dia de manhã, teve lugar a inauguração da requalificação da 1.^a fase do Parque Municipal de Santa Cruz - zona sul, há muito desejada. Na sua opinião Santa Cruz precisa de mais espaços deste tipo para uma melhor oferta para quem os visita, mas também para quem reside e este foi um 1.^o passo nesse sentido.-----

---- Por fim referiu que ainda no dia 18, à noite, realizou-se o Carnaval de Verão, que correu muito bem, e tem tudo para continuar nestes moldes. Também anotou que apesar da grande afluência conseguiram em tempo útil manter o espaço limpo, agradecendo o apoio da Câmara Municipal para o efeito, deixando apenas como sugestão, a retificar nas próximas edições, o reforço da iluminação das ruas por onde passa o desfile, que é deficiente.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTAS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO:-----

---- A *deputada municipal Marta Geraldês* interveio no sentido de expressar satisfação pelo regresso em grande das festas populares das aldeias, por todo o concelho, que mexem com a atividade económica e voltam a unir populações. -----

---- Assim deu os parabéns a todas as comissões de festas que trabalham incansavelmente e a todos os cidadãos que de forma voluntariosa se juntam e organizam estas celebrações que tão bem caracterizam o concelho. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARAGENS DE AUTOCARROS:-----

-----A *deputada municipal Marta Galdes* deu nota que tem recebido vários alertas de cidadãos sobre o atraso na substituição das paragens que foram quase todas retiradas, questionando se a autarquia consegue acelerar o processo durante o verão, para estar concluído no início do próximo ano letivo.-----

-----A *presidente de Câmara* esclareceu que o atraso se deve à falta de materiais, mas espera que durante o Verão fique despachado e em setembro a funcionar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RELÓGIO NA ENTRADA SUL DA CIDADE:-----

-----Reportando-se às suas intervenções anteriores a *deputada municipal Marta Galdes* voltou a questionar para quando está previsto a reparação do relógio na Rua Aurélio Ricardo Belo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

7.ª EDIÇÃO DA ROTA DOS PETISCOS:-----

-----A *deputada municipal Marta Galdes* interveio no sentido de parabenizar a ACIRO pela rota em título, que este ano teve início antes do Verão, foi aumentada na zona litoral e também está cada vez mais alargada por todo o concelho sem se restringir só à cidade de Torres Vedras. Disse ainda que esta rota traduz um bom motivo para saírem de casa para conhecerem a restauração torriense já existente e novos projeto, valorizando o trabalho destes estabelecimentos de restauração e espaços similares que a acolhem e contribuindo para o aumento das suas fontes de rendimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FRALDÁRIO EM SANTA CRUZ:-----

-----A *deputada municipal Marta Galdes* questionou sobre a possibilidade de acrescentar fraldário em cada casa de banho pública das praias de Santa Cruz, que a seu ver seria uma intervenção simples que ajudaria as recém mães.-----

-----A *presidente de Câmara* tomou nota da sugestão para averiguar a sua exequibilidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO:-----

-----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, no seguimento de intervenções anteriores, e das respostas da edil sobre o mesmo, disse esperar que os SMAS não demorem uma eternidade para resolver este assunto que muito o preocupa e que já vem aflorando há muitos meses neste plenário.-----

-----A *presidente da Câmara* explicou que, não se pode pedir celeridade aos SMAS quando a deposição destes resíduos não é da sua competência. Existe legislação para o efeito, sendo da responsabilidade das empresas a obrigatoriedade de os entregar no local correto, mas para o qual

têm que pagar, sendo esse o grande problema. Os SMAS estão a fazer sensibilização no sentido de pequenas quantidades poderem ser recolhidas, e está em cima da mesa uma proposta para se poder fazer um ecocentro em cada uma das freguesias do concelho para o qual já estão os espaços identificados, o que melhorará esse aspeto. -----

----Deu nota ainda que Torres Vedras está incluída num projeto piloto da OesteCIM, para a circularidade destes resíduos de construção e demolição, para que haja um incentivo às próprias empresas para reutilizarem estes materiais nas suas obras de novo. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

URBANIZAÇÕES DAS ALDEIAS – TOPONIMIA:-----

----Relativamente ao assunto em epígrafe, o *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, registou que os residentes não se dirigem à junta de freguesia para certificar a morada e utilizam o número do lote, o que mais tarde traz problemas a nível da distribuição da correspondência, alertando a autarquia para a necessidade de unirem esforços no sentido de resolver este problema, sendo imperioso não terem acesso à licença de utilização da residência emitida pelo município, sem a devida declaração de morada passada pela junta. -----

----O *presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, António Espírito Santo* disse que também se deparou com este problema na freguesia que preside, já que quando as pessoas compravam os lotes para fazer a sua construção, a escritura era feita com esses dados, que induziu a erros. Assim e ao aperceber-se disso a Assembleia de Freguesia nomeou uma comissão de toponímia, que atribui topónimos a essas ruas, contudo muitas pessoas, tal como disse o colega, não recorrem às juntas e urge resolver este problema, porque os moradores argumentam constrangimentos por terem de alterar a morada que já deram a diversas entidades. -----

----Entretanto tem tido um aliado que é a EDP, que agora exige uma certidão da junta a certificar o número de polícia da obra pelo que questionou em termos de urbanizações, solicitar às juntas de freguesia uma indicação prévia das ruas para depois tudo funcionar com alguma certeza e harmonia.-----

----A *presidente de Câmara* tomou a devida nota, que encaminhará à DGU e à Fiscalização Municipal, para análise.-----

PCC - PARAGENS DE CHEGADA E CONFLUÊNCIA:-----

----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* lamentou o facto de não ter tido conhecimento atempado que iria ser colocada uma paragem na Ponte do Rol, para a qual suprimiram dois lugares de estacionamento sem qualquer opinião da junta de freguesia, ainda mais, numa altura em que se estava a aproximar a data da transferência de competência nesta área, esperando que tenha sido um ato isolado que não se venha a repetir.-----

----Sobre este assunto a *presidente de Câmara* disse poder informar que este processo foi

tratado pelo anterior vereador do pelouro, mas lembra-se de ter havido trabalho de consensualização com cada uma das juntas de freguesia para localização das paragens.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SAÚDE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS E A ATUAÇÃO DO EXECUTIVO EM FUNÇÕES:

-----Antes do assunto que iria abordar em representação dos Unidos por Torres Vedras – Movimento Cívico, o *deputado municipal Jorge Santos*, agradeceu pela confraternização e pelo jantar no dia de S. Pedro. -----

-----Sobre o tema propriamente, disse que se lhe afigura relevante, quer pelo impacto direto na vida de todos os cidadãos do Concelho, quer pela sua atualidade, que, pelas piores razões, abre todos os serviços noticiosos e constitui capa dos jornais, e, que, ademais, constitui também, um dos pontos da Ordem de Trabalhos desta Assembleia. -----

-----Junta-se também a oportunidade que decorre da publicação em 24 do corrente no Badaladas, de uma comunicação que a Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, dirigiu aos Torreenses, a propósito do Hospital do Oeste, ainda que sob o tema “Saúde: Torres Vedras é e será sempre parte da solução”, e que servirá de mote a esta intervenção. -----

-----Nesta senda, assinalou que o dito artigo não constitui senão mais um exercício de retórica, de propaganda deste executivo – que apenas destaca, mais uma vez, a eficácia da sua máquina de propaganda, com vista a evidenciar “os esforços que o Município de Torres Vedras tem vindo a fazer, em matéria de saúde, que ficam tantas outras vezes fora das notícias.” -----

-----No citado artigo e numa breve alusão aos problemas na área da saúde, no concelho, a edil acrescenta a falta de médicos de família na região, e, em particular no concelho de Torres Vedras, sendo uma situação que os preocupa muito e à qual o Município não consegue dar resposta, por estar fora da sua esfera de atuação e deu nota que entre junho de 2019 e março de 2022, passaram de 6818 utentes sem médico de família, no nosso concelho, para 32 373, e sobre este propósito a autarquia reiterou o pedido de audiência à Ministra da Saúde, que foi atendido a 12 de maio de 2022, isto, para além de já terem manifestado e reiterado ao Conselho de Administração do CHO e ao Governo estas dificuldades. -----

-----Como resultado obteve-se garantia que o Ministério da Saúde esteve a efetuar todos os passos necessários à resolução do assunto, por forma a permitir um acesso mais equitativo de todos os munícipes aos cuidados de saúde. -----

-----O artigo dá ainda nota ainda que em 15/06 foi publicado um despacho do Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde que identifica os serviços e estabelecimentos com carência de pessoal médico nas áreas de medicina geral e familiar e porque Torres Vedras identificou seis (6) postos para colmatar as falhas de médicos de família, mas, será preciso, ainda, contratá-los, colocá-los e mantê-los. Adicionalmente foram também identificados 25 postos de trabalho para o

Centro Hospitalar do Oeste (CHO), reconhecendo as carências de profissionais de saúde nos diferentes hospitais, incluindo o de Torres Vedras.-----

----- Sobre a falta de condições físicas em unidades de saúde familiar a edil escreve que tem vindo a requalificar instalações de unidades de saúde familiar - Exemplo: Ventosa; São Pedro da Cadeira; Runa (já em projeto), anotou que urge questionar se está devidamente priorizado este investimento, atenta a falta de médicos de família e a perspetiva de dificuldade de contratação e sua fixação no Concelho e se deve manter-se esta postura autarquia. -----

----- Sobre a falta de condições físicas no Hospital de Torres Vedras o que foi feito, atento que a construção do novo Hospital do Oeste demorará muito provavelmente 10/12 anos, a edil refere que “O município tem feito tudo o que está ao seu alcance para melhorar as condições de funcionamento do nosso Hospital.” E, tudo, é em fevereiro de 2020 foi assinado um protocolo de cooperação com o CHO, para implementar soluções de correção, melhoria e diferenciação da prestação de serviços de saúde no Hospital de Torres Vedras, desenvolvendo algumas iniciativas, mas o problema é estrutural, ou seja, falta de espaço. -----

----- Assim, com a concordância da Ministra da Saúde o Município começou à procura de espaços alternativos à deslocalização de serviços, mas o UTV não percebe a razão de esta solução ser melhor do que a que foi preconizada aquando da aprovação do orçamento, designadamente, porque naquela foi feita a previsão e dotação orçamental de €300.000,00, para realização de obras no Sanatório /Hospital do Barro. -----

----- E aquele propósito deu lugar a uma convicção: que estes novos espaços alternativos, que ora se encontrem, poderão ser mais adequados à deslocação de serviços para ampliação e melhoria da atividade assistencial do Hospital. -----

----- Referiu ainda que para além da evidência cronológica do pioneirismo deste município, entre os da região de Lisboa e Vale do Tejo, na aceitação da transferência de competências no domínio da saúde, tudo o resto – mormente as convicções – ficam por provar, e assim o aumento exponencial do número dos utentes, sem médicos de família, neste Concelho; a precarização das condições de funcionamento do Hospital de Torres Vedras; e, conseqüente degradação das condições de prestação de cuidados de saúde, desmentem, claramente as ditas convicções.-----

----- Compaginando as convicções com as evidências, podem classificar atuação da Câmara Municipal de Torres Vedras, no domínio da saúde como inconseqüente e, ineficaz, resultados que constituem o corolário da sua atitude de auto-desresponsabilização e de conformismo, sendo certo que estes comportamentos são replicados na Comissão de Saúde e na sua falta de funcionamento e de produção.-----

----- Concluiu dizendo que neste concelho do Oeste, designadamente na área da saúde, não há nada de novo. Falam, mas, fazem pouco e o resultado nesta área é pouco mais que nulo. Nesta, e

só nesta, perspectiva o Município de Torres Vedras é e será sempre parte da solução neste âmbito, porque não cria, nem criará dificuldades e obstáculos e tudo aceita num seguidismo centralista crítico. -----

----A respeito desta intervenção a **presidente de Câmara** começou por dizer nem vale a pena voltar a enfatizar a importância e aquilo que pensa quanto ao assunto, que o deputado municipal já terá ouvido algumas vezes e normalmente sem palavras meigas. -----

---- Quanto ao aludido exercício de retórica disse que retórica foi aquilo que o deputado municipal fez relativamente ao artigo que escreveu, retirando frases e fazendo comentários próprios quanto ao assunto, com escassa adesão à realidade e crê que se está a esquecer que quem chegou agora à política foi ele, não foi o PS que tem muito trabalho feito, do qual ele não tem de ter conhecimento e porque não tem que estar no jornal o que a autarquia faz todos os dias. -----

---- Prosseguiu dizendo que apesar do deputado achar que é propaganda, o PS dispensa essa propaganda, pois o trabalho que fazem não é de hoje, mas de há muito tempo, e não é inconsequente nem ineficaz como disse e como certamente concluirá. Para além do mais, também porque ouve as notícias, sobretudo nos últimos tempos, e saberá que não é um problema de Torres Vedras, mas sim mais alargado e agravou-se de 2008 para cá. -----

---- Afirmou que “seguidismo e centralismo” crítico é algo que resvala completamente nela e só pode ter feito esta intervenção porque não a conhece. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PASSAGEM SUPERIOR NA AVENIDA POENTE - URBANIZAÇÃO DA INFESTA: -----

---- No seguimento de intervenções em sessões anteriores sobre o assunto, desde há um ano a esta parte, o *deputado municipal Pedro Castelo*, alertou que o problema persiste, subsiste e se agrava, lembrando que a edil, sempre reconhecendo o problema, foi incapaz de o solucionar, e nada foi feito passado um ano. -----

---- Lamentou que da parte da presidente de Câmara haja um desinteresse manifesto por este problema, porque os cidadãos daquela urbanização usam aquela passagem como acesso privilegiado para dentro da cidade, mas qualquer dia vão deixar de o poder fazer. -----

---- Nesta sequência disse que se deslocou ao local acompanhado de técnicos especializados, para ver se o problema era assim tão grave, como pensava, ou se, por desconhecimento estava a exagerar, mas as opiniões foram unânimes, e de facto aos sinais de corrosão evidentes em toda a estrutura junta-se agora, nas chapas metálicas do pavimento, orifícios que qualquer dia poderão provocar um desastre. -----

---- Assim, disse que o CDS não iria voltar a falar deste assunto, mas prometeu responsabilizá-la do ponto de vista criminal, se alguma coisa acontecer, já que também tem a certeza que qualquer um dos antecessores da autarca há muito que já teriam atuado, e por isso lamenta profundamente

que a presidente de Câmara não tenha tido capacidade, em 365 dias, de resolver um problema que se está a tornar cada vez mais complicado.-----

----A **presidente da Câmara** lamentou que realmente ainda não cumpriu, dando razão ao deputado municipal do CDS. Referiu que neste momento não sabe dizer exatamente a razão da demora, mas espera que não haja nenhum acidente.-----

----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** assegurou que o seu discurso mais duro resultou do ano que passou sem nada ter sido feito e que a sua única ansia é ajudar a edil a cumprir com a maior dignidade o resto do seu mandato.-----

----Em resposta a **presidente de Câmara** agradeceu ao deputado, e deu nota que, entretanto, recebeu informação do vereador do pelouro que já foi feita a avaliação técnica, e que o procedimento concursal para a obra está em marcha.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

---- Teve início o período da ordem do dia:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

---- O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 2 de 25 e n.º 3 de 27 e 28, ambas do mês de abril do corrente ano, que foram aprovadas, por unanimidade, por todos os membros presentes.-----

1 – VOTO, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

---- O presidente da Assembleia, disse que estavam agendados dois votos de louvor e uma moção, de sua autoria, consensualizadas pela Comissão Permanente de Líderes, que apresentou e que se se transcrevem na íntegra:-----

VOTO DE LOUVOR - SPORT CLUB UNIÃO TORREENSE:-----

----“A Assembleia Municipal louva, reconhecidamente, o Torreense por ter conseguido ser campeão da 3.ª Liga - seu primeiro vencedor -, a par de ter conseguido a subida à 2.ª Liga.-----

---- Estas conquistas históricas na vida do Clube, enobrecem e prestigiam em primeiro lugar os Jogadores e a Equipa Técnica, mas, também, os Dirigentes e Todos os que colaboraram nestas vitórias. Um muito obrigado a Todos!-----

---- É um agradecimento em nome de todos os Torrienses, que esta Assembleia justamente representa, pois “elevaram bem alto” o nome da nossa Cidade, da nossa Terra, das nossas Gentes! Ficam, naturalmente, na história do Concelho.-----

---- Sabemos que o Torreense vai, assim, entrar numa nova era, numa competição profissional, numa indústria de espetáculos desportivos, gerida com leis e regras próprias, até autónomas de outras atividades socioeconómicas, mas não deixará de representar afetivamente, emocionalmente, cada Torriense por esse País fora! Por isso, Todos os Torrienses também dirão presente, com o seu apoio e presença.-----

----- Torres Vedras, 29 de julho de 2022.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal.”-----

----- Antes de se passar à votação, pediu a palavra o *deputado municipal* **Francisco Corvelo**, para assinalar que logo na altura da inolvidável vitória e de se ter consagrado campeão da 3ª Liga tiveram ocasião, enquanto estrutura concelhia do Partido Comunista Português, de felicitar o Torreense, atletas, equipa técnica, dirigentes e associados e de expressar satisfação e apoio. -----

----- Disse que nunca é demais reiterar esses votos, e o facto de estarem perante uma proposta de voto de louvor que reuniu o consenso e unanimidade dos líderes de todos os grupos políticos presentes nesta Assembleia é deveras relevante. -----

----- Manifestou ainda esperança que o plenário também se manifeste de forma unânime, evidenciando assim o sentir da Instituição mais representativa de todos os torrienses e desta forma seja traduzido o apoio de toda a população. -----

----- Por último propôs que após a aprovação, a Assembleia saúde com uma salva de palmas. -----

----- O *deputado municipal* **Rui Prudêncio** disse que o Grupo Municipal do PS se revê e apoia o voto, reforçando que o SCUT pelos seus êxitos desportivos honrou a sua história e deu imensas alegrias a todos os torrienses, associando-se à proposta de aclamação. -----

----- O *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes** fez dele as palavras do colega que o antecedeu, acrescentando o desejo do PSD de que a próxima época seja tão boa como a que agora culminou com a subida à 2.ª Liga, exaltando as cores torrienses. -----

----- Também o *presidente de junta da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza**, sendo este um clube que muito o toca, endereçou também os seus sentidos parabéns, mas aproveitou para lembrar sobre a questão da usurpação dos miúdos da formação, por parte do SCUT, que define os outros clubes do concelho e pelo qual deve ser chamado à atenção. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e com aclamação aprovar o voto em título.-----

VOTO DE LOUVOR À REVISTA MUNICIPAL “TORRES VEDRAS”: -----

----- “A Assembleia Municipal regista com muito agrado que a Revista Municipal foi eleita a melhor publicação de informação autárquica do país. -----

----- Prémio que ainda mais se releva por ser atribuído no XXX Encontro de Marketing e Comunicação Autárquica, organizado pela Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM) entre os dias 20 e 21 do passado mês de maio. -----

----- A nossa Revista obteve o primeiro prémio numa votação que abrangeu 91 boletins a concurso, e num tempo histórico tão difícil, com têm sido estes anos da dita pandemia. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal louva toda a Equipa e o Seu Coordenador pelo excelente trabalho que têm realizado, que muito dignifica e honra o nosso Município. -----

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras - 29 de junho de 2022. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal.”-----

----- O *deputado municipal Francisco Corvelo*, começou por assinalar que para se pronunciarem sobre uma publicação autárquica, implica, antes de mais, terem presente que em termos de conteúdo, as mensagens políticas dominantes traduzem a visão política de quem exerce o poder e faz uso deste fórum para evidenciar pela positiva, obviamente, todas as suas realizações assim como transmitir as orientações emanadas por esse mesmo poder.-----

----- Nesta sequência fez notar que a Revista Municipal “Torres Vedras” não foge a esta regra, sendo certo que também nas suas páginas, se bem que em espaço limitado, dá voz a todas as forças políticas com representatividade, nomeadamente nesta Assembleia Municipal, facto que é de salientar. Outros aspetos a ter em conta é sem dúvida a qualidade da sua impressão que no caso vertente o PCP julga realmente muito boa, bem como o seu grafismo que também reputam de excelente. -----

----- Disse ainda desconhecem os critérios que presidiram à eleição como “o/a melhor boletim/revista municipal presente na Exposição”, registando que de entre 91 publicações presentes a Revista Municipal “Torres Vedras” foi declarada vencedora, o que os orgulha, contudo lembrou que país tem 308 municípios (278 no continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores) e não conhecem qualquer município que não tenha a sua revista ou boletim municipal, o que significa que concorreram menos de 1/3 dos boletins e revistas municipais do país. -----

----- Deste modo acha que há que relativizar e este prémio é só “o/a melhor boletim/revista municipal “presente na Exposição em causa e mais nada. -----

----- Pediu para não se inferir das suas palavras que é propósito do PCP desvirtuar os merecimentos da nossa revista municipal, porque não é, muito menos se infira que pretendem analisar nesta sede o conteúdo político/partidário das mensagens da maioria na Revista, porque não o farão, e a prova de tudo isso é que votará favoravelmente este voto de louvor. -----

----- Aproveitando este assunto o *deputado municipal Humberto Gomes*, anotou que a revista municipal “Torres Vedras” só chega a Runa no 2.º mês a que diz respeito, inquirindo se a disponibilização da mesma pode ser mais atempada. -----

----- A propósito da intervenção do deputado do PCP, o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que o Grupo Municipal do PSD se revê no louvor, pois consideram o prémio credível, dando especial realce ao facto de a oposição dispor de um espaço, pelo qual esta força partidária lutou durante muitos anos, que a tornou mais plural, e irão votar a favor apesar de nem sempre estarem de acordo com questões editoriais. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto em título. -----

MOÇÃO - ENCERRAMENTO DAS URGÊNCIAS: -----

-----“O Serviço Nacional de Saúde é um direito e uma exigência de todos os Portugueses, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Ao limitarmos o seu acesso, o Estado está a colocar em causa o direito universal à saúde. A Assembleia Municipal de Torres Vedras não aceitará nunca que os Torrienses se vejam impedidos de ter acesso aos melhores cuidados de saúde, nem aceita, que por interesses menos transparentes de grupos económicos, profissionais ou outros, que os cuidados de saúde universais prestados pelo SNS sejam colocados em questão.

-----Na passada semana de 13 de junho de 2022, foi demonstrado ao País, através de reportagens realizadas por todos os órgãos nacionais de comunicação social, a triste realidade vivida no Centro Hospitalar do Oeste (CHO) e em tantos outros Centros Hospitalares por este país fora, em que se encerraram Urgências em várias valências e em particular na valência de Obstetrícia e Ginecologia, ficando bem patente as dificuldades sentidas na prestação de cuidados de saúde por parte dos seus profissionais. Ficou por demais demonstrado que esses encerramentos resultam exclusivamente da escassez de recursos humanos. -----

-----No CHO durante este tempo de pandemia mais se agravou esta situação e a prestação dos cuidados de saúde apenas foi possível graças ao profissionalismo, abnegação e humanismo dos seus profissionais de saúde, a quem deixamos aqui o nosso reconhecido agradecimento em nome de todos os Torrienses. -----

----- Sendo assim e considerando que: -----

----- 1.O Centro Hospitalar do Oeste (CHO) serve uma população de 292.546 mil habitantes, correspondendo ao Hospital de Torres Vedras 172.742 mil habitantes; -----

-----2.Este Centro tem 1 unidade de Urgência Obstétrica e Ginecológica localizada no Hospital das Caldas da Rainha para todo o universo da Região Oeste; -----

-----3.O CHO tem 2 unidades de Urgência Médico-cirúrgicas localizadas uma no Hospital de Torres Vedras e outra no Hospital das Caldas da Rainha; -----

-----4.De forma sistemática e recorrente o CHO tem sido obrigado a encerrar, de forma temporária, diversos serviços de urgência por falta de médicos em número suficiente para a criação das respetivas escalas de urgência; -----

-----5.Esta realidade, está bem identificada e reconhecida, apesar de repetidas solicitações da Administração do CHO junto da Tutela, a solicitar autorização para admitir mais profissionais; -----

-----6.A Assembleia Municipal de Torres Vedras não pode aceitar, quando estão reunidas as condições de necessidade e evidenciadas as dificuldades na prestação de cuidados de saúde de qualidade, que o CHO não disponha de todos os profissionais de saúde necessários para poder prestar cuidados de saúde urgentes a toda a população que serve. -----

-----Vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras **exigir** que o Ministério da Saúde encontre uma solução urgente para a colocação de médicos no CHO em número suficiente, para que os

serviços de urgência não sejam encerrados, colocando em causa a prestação dos mais básicos cuidados de saúde, como é o caso de uma urgência. -----

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras. -----

----- 29 de junho de 2022”. -----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, começou por assinalar o voto favorável do grupo municipal do PSD. -----

----- Depois comentou a audição da Ministra da Saúde, proferida hoje na Assembleia da República, através da qual, após tantos anos a centralizar o poder de colocar os recursos humanos, admitiu que algo tem que mudar, ou seja parece que descobriu a “pólvora”. -----

----- Reforçou que se revê na moção em apreço que tem a palavra forte “exigir”. -----

----- O *deputado municipal Francisco Corvelo*, iniciou a sua intervenção realçando a parte resolutiva desta moção que exige e muito bem que o Ministério da Saúde encontre uma solução urgente para a colocação de médicos no CHO em número suficiente, para que os serviços de urgência não sejam encerrados, colocando em causa a prestação dos mais básicos cuidados de saúde, como é o caso de uma urgência, com o qual não podiam estar mais de acordo. -----

----- Salientou que aquilo a que veem assistindo, designadamente com a falta de profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, auxiliares e administrativos) no Serviço Nacional de Saúde é gritante e põe em causa o enorme salto positivo, quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos que se assistiu desde o final da ditadura em 25 de Abril de 74 até uma data bem recente. -----

----- Comparar em termos de saúde o país antes da criação do SNS e o país após a criação do SNS é o mesmo que comparar um deserto com uma floresta tropical, mas apesar disso ou talvez mesmo por isso nunca as classes dominantes aceitaram bem o SNS e desde a sua génese tudo têm feito para o destruir. -----

----- Prosseguiu fazendo notar que essa destruição passou pela adoção de medidas protagonizadas por sucessivos governos do PS, do PSD e CDS limitativas do acesso aos SNS sobretudo das classes mais desfavorecidas (foram as taxas moderadoras que limitavam o acesso sobretudo aos mais pobres) e logo de seguida a falta de investimentos e depauperização dos meios técnicos e humanos e a aposta nos cuidados de saúde privados, não nas pequenas clínicas e consultórios mas sim nos grandes grupo económicos a operarem no setor e que rapidamente começaram a absorver os doentes que lhes garantiam, pela sua condição económica, pelos seus seguros de saúde e sobretudo pela natureza das suas doenças grandes e imediatos lucros enviando todos os demais para o SNS. -----

----- Reforçou que rapidamente se chegou à situação da propagandeada complementaridade dos privados ao SNS com o pretexto de que não conseguia dar resposta às necessidades, mas o que

efetivamente não se explicou nem explica é que tudo se deve ao desinvestimento no SNS a todos os níveis: equipamentos e recursos humanos que ao invés de criar condições para a fixação de recursos humanos no setor, criaram condições para a sua exclusão do SNS.-----

---- Por último lembrou que foi precisamente a falta de investimento no SNS a principal razão que levou o PCP a votar contra o Orçamento do Estado para 2022, e por tudo isto o PCP está de acordo com a moção agora apresentada e votará a favor da mesma. -----

---- O *deputado municipal, Renato Monteiro*, representante do Aliança, relativamente à boa vontade da ministra em resolver a situação sobre o qual tem sérias dúvidas, reportou-se à Lei n.º 12/2022 de 27/06, através da qual o Governo prevê mais 50% de remuneração para médicos das urgências que cumpram mais de 500 horas de trabalho suplementar, que em nada favorece que os médicos queiram fixar-se no SNS, afigurando-se uma falácia as medidas anunciadas pela ministra e não lhe parece que haja boa vontade para resolver. -----

---- O *deputado municipal Ilídio Santos*, questionou se a Câmara Municipal está a fazer tudo o que é possível para que o CHO tenha mais condições para operar pois acha que não e que pode fazer mais. Concorda com a moção, pois também defende que têm que exigir, mas acha pouco. -

---- O *deputado municipal Pedro Castelo*, afirmou que também o CDS também se revê sem reservas nem equívocos na moção em apreço, mas comentando as palavras do PCP, acha que o problema não são os privados nem os seguros de saúde, mas o facto de o SNS não funcionar.----

---- Pediu a palavra o *deputado municipal, Rui Prudêncio*, líder da Bancada do PS, para assinalar que também este grupo municipal se revê inteiramente na moção.-----

---- Lembrou que o encerramento das urgências do CHO em Torres Vedras e encerramento das urgências de pediatria, têm sido recorrentes, problema que já está devidamente avaliado e identificado e chegou o momento de agir. O Ministério da Saúde anda há algum tempo em negociações com os sindicatos, para resolver esta questão da atribuição de profissionais de saúde para o SNS, mas Torres Vedras não pode ficar mais tempo à espera destas negociações, e como refere na moção “exigem” e exigem bem, o que provavelmente vai ocorrer por todas as Assembleias Municipais de todo o país. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título, que será remetido à ARSLVT, Conselho de Administração do CHO, Primeiro Ministro, Ministra da Saúde e Secretário de Estado da Saúde.-----

2 – APRECIACÃO DA 1.ª FASE DO ESTUDO SOBRE O FUTURO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO OESTE - ESTUDO QUALITATIVO E ESTUDO DE LOCALIZAÇÃO: -----

---- Presente documento em título datado do corrente mês, de autoria da “NOVA Information Management School”, do Instituto Superior de Estatísticas e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. -----

-----Relativamente ao assunto o presidente da Assembleia disse que iria solicitar à presidente de Câmara que os informe sobre possíveis desenvolvimentos, nomeadamente de decisões da OesteCIM após a apresentação do estudo, mas primeiro apresentaria uma moção, que propôs e que mereceu aprovação da Comissão Permanente de Líderes, no que diz respeito ao local para a construção do hospital: -----

MOÇÃO - LOCALIZAÇÃO DO NHO: -----

-----“Considerando que: -----

-----1-Há já bastante tempo tinha sido decidido, por unanimidade da CIM Oeste, que era necessário um estudo - elaborado por entidade com reconhecida idoneidade e competência, com base em critérios internacionais -, que apresentasse uma proposta de localização para um novo hospital para a Região; -----

-----2-Foram apresentadas, neste mês de junho, as sínteses conclusivas da 1ª fase de um estudo realizado pela “NOVA Information Management School (NOVA IMS)”, denominado “Estudo sobre o Futuro da Política Pública da Saúde do Oeste: Estudo Qualitativo e Estudo de Localização”, onde se apresenta uma proposta de “definição da localização do futuro Hospital do Oeste (HO)” no ponto “2. Estudo de Localização – Resultados Síntese”;-----

-----3-É fundamental que a CIM Oeste apresente o mais rapidamente possível ao Governo a proposta de localização para um novo hospital para a região.-----

----- Sendo assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras vem recomendar à Sra. Presidente da Câmara Municipal que no exercício de todas as Suas competências faça com que, no mais curto espaço de tempo possível, a solução de localização proposta no estudo em causa seja presente e acordada com o Governo da República.-----

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras - 29 de junho de 2022. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal.”-----

----- Como anunciado, teve a palavra a **presidente da Câmara** que desde logo fez notar que o documento em análise, que mostra os resultados e faz uma síntese de todo o trabalho feito nesta 1.ª fase do estudo, também foi apresentado numa reunião do Executivo da OesteCIM, nos mesmos termos que aos deputados e até à data não lhes foi disponibilizado um relatório mais minucioso.-----

----- Acrescentou que há uma 2.ª fase do estudo, contratada para ser entregue até ao final do ano, mas que segundo a entidade ficará pronta até ao final do mês de setembro, se bem que a 1.ª fase era a prioritária, porque seria através desta 1.ª fase que seria definida a localização, que era aquilo que o Executivo da OesteCIM tinha combinado com o governo, para não poderem dizer que “não há um entendimento sobre o local e não vamos avançar”. -----

----- De acordo com o estudo, a localização mais favorável, tendo em atenção a relação número de

utentes prováveis e tempo de ida ao local, é a do Bombarral/sul, tendo a NOVA decidido que analisavam todas as propostas que surgiram, ou seja, 9 localizações, apesar de algumas delas, à partida, se perceber que pelo número utentes/distância, não eram viáveis. E assim foram selecionadas, Bombarral/sul e Torres Vedras/norte - nó junto aos Campelos - (apontada por Torres Vedras) como as mais favoráveis para a instalação e construção de um hospital. -----

----- Esta solução é aquela que apresenta uma melhor definição, quando se relaciona o número de utentes, com a distância, mas o que faz sentido é pensar em termos de tempo de deslocação, que significa 3 minutos de distância, 5KM, entre as localizações. -----

----- Deu nota ainda que no grupo dos 12 municípios há 10 que aceitaram e 2 (Caldas da Rainha e Óbidos) que não aceitaram, mas não tem que ser unânimes, é uma questão de maioria. -----

----- Informou também que após esta apresentação, de imediato o Presidente da OesteCIM solicitou às ministras da saúde e da coesão uma reunião, para que se pudesse dar andamento à decisão e sabe que já houve diversas solicitações a insistir que essa reunião fosse feita com urgência para que possa ser equacionado o valor do projeto e para em 2023 estar contemplado em Orçamento de Estado. -----

----- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* anunciou que na Assembleia o grupo municipal do PSD manteria a posição da vereação, igualmente e unanimemente percecionado por todos os elementos dos diversos partidos e forças políticas no sentido de aguardarem por este estudo, para tomar decisões em conjunto ou mais unilaterais e assim seria. -----

----- De qualquer forma, contrariamente a outro deputado que interveio, não contrapõe em nada quanto ao artigo da edil no Badaladas que reputou de interessante, exceto dizer que estão quase a entregar de “barato, a localização Bombarral”. Para além disso lembrou que nessa mesma edição, o seu diretor fez um editorial muito engraçado em que mostrou o anacronismo que existe, ou seja 12 municípios, 10 a favor, dos quais alguns não metem a totalidade dos seus utentes. Entra para as contas o município de Alcobaça, do qual só 3 freguesias colocam utentes, porque a maior parte deles vão para Leiria. Alenquer Arruda e Sobral têm diferenciações de saídas de doentes para outros hospitais e depois há um 13.º município, Mafra, que é interessado, mas que não é da OesteCIM, e que carrega um conjunto de utentes para o CHO. -----

----- Afirmou, contudo, que não concorda com o que a edil referiu no citado artigo, pois mesmo que seja 3 minutos, não deviam abrir já o jogo, já que é quase igual, e estatisticamente têm mais utentes do lado de Torres Vedras do que do lado de Caldas da Rainha. -----

----- Crê que a Câmara Municipal de Torres Vedras tem que se entender com as outras do Oeste ou não e vão sozinhos, embora agora ainda pense que não é o tempo de “quebrar a corda”, devem esperar até setembro e então terão que pensar numa opção, além de que já surgiu uma possibilidade nomeadamente com Mafra. -----

----- Concluiu afirmando que a posição do PSD é de solidariedade e de dar um tempo, mas quanto basta. -----

----- O *deputado municipal Rui Estrela* interveio referindo que em relação ao documento agendado e tal como já disse a edil, um estudo que considera pontos como Alcobaça para colocação de um hospital da região Oeste, é algo que está muito mal pensado ou então com interesses para consumir recursos públicos. Pensa que foi isso que aconteceu, ou seja, gastaram tempo até agora e consumiram dinheiro, quando o UTV, sem nenhuma arma científica, nem suporte de técnicos especializados, indicou no seu programa eleitoral que o estudo tinha que se ficar na fronteira entre Torres Vedras e Bombarral à semelhança do que aconteceu com o estudo que foi feito, há vários anos atrás, para colocar a Resioeste, que está onde está porque era logisticamente mais favorável. -----

----- Acham que o concelho que serviu de base à lixeira, que ninguém queria no seu território, deve ser também a zona que deve beneficiar de um equipamento de saúde que todos querem e também não podem esquecer que uma coisa são os números populacionais atuais e outra os futuros e assim têm que pensar que o hospital vai servir o futuro, não o passado e se calhar daqui a 5 anos já estarão errados e o cruzamento do Outeiro, próximo da Resioeste, será provavelmente a melhor localização. Face ao crescimento dos territórios a sul, é esta a bandeira que devem defender. -----

----- O *deputado municipal António Ferreira dos Anjos* começou por anunciar que a sua intervenção não seria um voto, nem uma moção e também tinha dúvidas que se enquadrasse numa recomendação, mas por imperativo de ter sido eleito deputado municipal, iria manifestar as suas opiniões em áreas que não são propriamente do seu “Campus Social” conceito introduzido pelo sociólogo Pierre Bourdieu, pois o que se passa com o Centro Hospitalar do Oeste é grave e as soluções que têm vindo a ser apontadas, não são, na sua opinião, as mais adequadas, quer do ponto de vista da rapidez da solução, dada a urgência que a situação atual impõe, quer do ponto de vista do investimento financeiro necessário, quer do ponto de vista operacional para os futuros utentes. -----

----- Também o tempo que tem demorado a encontrar o local para construir um grande hospital que sirva todo o Oeste, seria já suficiente para optar por outra solução, já que há anos que andam todos a procurar um local que tenha o acordo das diferentes autarquias envolvidas, para o qual têm havido muitos estudos, muitas discussões, mas que se saiba acordo, não existe e decisão sem acordo, também não. -----

----- Desta forma propõe um Hospital de Média dimensão, com todas as valências de um grande hospital, em Torres Vedras. -----

----- Se por hipótese académica pudesse decidir sobre a matéria, recomendaria: -----

- 1. Comprar o edifício do atual hospital à Santa Casa da Misericórdia que custa, segundo julgo saber, 20 ou 25 mil euros por mês de renda). -----
 - 2. Negociar com o Governo o financiamento da ampliação das instalações. (naquele espaço a capacidade hospitalar pode crescer em área para o dobro). -----
 - 3. Assumir a responsabilidade da gestão do equipamento abrindo para isso concurso público para garantir uma gestão profissional. -----
 - 4. Colocar o Centro de Saúde num espaço “paredes meias” com o Hospital, (para assim otimizar recursos e melhorar os serviços). -----
 - 5. Criar um serviço de “triagem de doentes” junto ao Serviço de Urgências do Hospital (já que se ouvem queixas de médicos e outros profissionais que muitos doentes que procuram as urgências e não necessitam dos serviços de urgência). -----
 - 6. Executar um parque de Estacionamento enterrado por debaixo do atual parque de estacionamento em frente das Escolas Secundárias (gratuito para todos os trabalhadores do Hospital e das Escolas anexas, libertando assim o atual parque de estacionamento dentro do terreno onde se insere o hospital.) -----
- Acrescentou que sabe dos argumentos favoráveis a um grande centro hospitalar para todo o Oeste, sendo os mais relevantes os que referem que só assim se podem garantir todas as valências hospitalares, o que discorda, pois além das urgências, acrescidas das triagens, existem as consultas externas e o acompanhamento por turnos aos doentes internados, o que constitui trabalho suficiente para garantir corpo médico e de enfermagem em todas as especialidades. -----
- Também não concorda com o argumento que os médicos/as e enfermeiros/as preferem grandes hospitais por lhes permitir progressão nas carreiras, pois constata os médicos/as e os enfermeiros/as estão a sair do Serviço Nacional de Saúde por não terem perspetivas de carreira, por ganharem miseravelmente, por deficiente gestão das instituições, por ausência de autonomia da gestão, por falta de recursos financeiros em áreas como a manutenção e aquisição de novos equipamentos, etc, etc, etc. -----
- Acrescentou que a construção de um novo hospital designado pomposamente por Centro Hospitalar do Oeste, implica concurso público internacional, se não para o próprio projeto, pelo menos para a execução da obra e compra de equipamentos, interrogando-se quantas empresas portuguesas têm dimensão e condições de concorrer, se havendo poucos concorrentes poderá haver concertação de preços e se as margens quando existem poucos concorrentes, serão maiores ou menores num qualquer Concurso Público. -----
- Por último disse que se de facto acreditam e defendem o Serviço Nacional de Saúde, têm de encontrar soluções expeditas, rápidas, urgentes, que o coloquem ao serviço dos cidadãos e que comparem em igualdade ou com vantagem com qualquer hospital privado. Se assim não for, hoje

já têm cerca de 35% de portugueses com Seguro de Saúde e daqui por 1 ou 2 anos terão 50% interrogando-se se será nessa altura possível continuar a defender o SNS.-----

----- Por sua vez o *deputado municipal Rui Prudêncio* fez notar que falarem destas questões sem terem conhecimento dos objetivos é quase “magia negra” e devem cingir-se ao objetivo e ao concreto.-----

----- Nesse propósito informou que não se faz um hospital para menos de 300 mil pessoas, e o que querem é um hospital de fim de linha com UCI e com todas as valências que necessitam. -----

----- Mais informou que o critério populacional para a construção de um hospital é decidido pela necessidade, ou seja, não é o número de pessoas ou de habitantes que decide a localização, fator que apenas decide a necessidade de execução de um hospital. -----

----- No tocante à localização, por critérios absolutamente validados em termos internacionais por todas as escolas de ciências que estudam estas questões, são o tempo de acessibilidade e a distância para lá chegar. O tempo de acesso, que também é o tempo do INEM sair, ou seja a 1.^a linha de urgência, tem que estar equidistante em termos de acesso da área abrangente do hospital.-----

----- Reforçou que são estes os critérios objetivos, concretos e reconhecidos internacionalmente e foram estes que foram colocados em cima da mesa.-----

----- Aludindo à questão de durante anos ouvirem discussões sobre a localização, fez notar que estudos reais só conhece este, se bem que houve tentativas de fazer muitos, e já anda a bater-se para o hospital há alguns anos.-----

----- Tendo em conta o facto de cada município ao longo destes 10 anos ter um terreno próprio para fazer um hospital, foi constituída uma comissão tripartida entre a ARS o CHO e a OesteCIM, estudaram-se todas as localizações que foram discutidas ao longo dos anos e de facto aparecem sítios aberrantes, é verdade, mas tinha que haver razões objetivas e concretas para dizer “ali não”. Este é o tempo da ação, está identificado o espaço que satisfaz as duas condições para a localização de um hospital de nível 3, com as valências que necessitam, que seja fim de linha, para no mínimo 300 mil pessoas. -----

----- Prosseguiu assinalando que nesta fase têm que se manter unidos numa linha única, porque estão a falar de algo que é mais do que Torres Vedras, é da região Oeste.-----

----- Se não forem capazes, nesta altura, com estas condições, então dirá que não merecem sequer ter cá o hospital, lamentando ter ouvido a proposta por parte do PSD, de empurrar para Maфра ou mais para sul, porque ninguém vai construir um hospital de fim de linha, a 15 m de um outro, o Beatriz Ângelo. Vão ter que batalhar consensualmente nisto que querem pois se continuarem neste processo de cada um a” puxar a manta” para o seu sítio nunca irão ter hospital nenhum em lado nenhum no Oeste. -----

----- *O deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que o colega do PS estaria distraído aquando da sua intervenção, pois na mesma disse que o Grupo Municipal do PSD daria tempo para que esta solução fosse escalpelizada até ao fim, mas, se até ao fim de setembro nada surgisse, então podiam pensar noutras soluções, não defendeu Mafra.-----

----- *O deputado municipal Pedro Castelo*, desde logo assinalou que este estudo não surpreende ninguém e não mostra nada de novo, porque já sabiam que a prestação dos cuidados no CHO é condicionada por instalações físicas antigas e degradadas e por falta de profissionais e que a ausência de uma UCI também condiciona e muito essa prestação de cuidados de saúde.-----

----- Desta forma considerou importante lembrar a intervenção polémica e perigosa, proferida no mandato anterior, pelo antigo presidente das Caldas da Rainha porque podia provocar uma desunião dos 12 municípios da OesteCIM e que, não obstante quis na mesma puxar o NHO para Caldas, certamente porque percebeu que alguma coisa tinha que ser feita.-----

----- Frisou que este estudo não trazendo nada de novo, é pelo menos importante, porque é quase como um compromisso da OesteCIM, em como há dois sítios que são os mais indicados e aqueles que poderão melhor servir, quer os 292 mil utentes dos 3 hospitais do CHO onde se incluem os 172 mil do HTV.-----

----- Assim, o CDS irá seguir este assunto com muito interesse, esperando que 2.ª fase do estudo lhes traga coisas mais concretas, mas para já assumir que nenhum município vai ter para si as situações todas desejáveis, e encontrar o melhor consenso possível para bem de toda uma região e não só de um concelho.-----

----- *O deputado municipal, Francisco Corvelo* disse julgar que ninguém politicamente responsável deixará de entender a suma importância de garantir os cuidados de saúde plasmados no art.º 64º da Constituição, que passa, necessariamente pela construção do Novo Hospital do Oeste, um assunto da máxima importância e urgência para todos, pelo que não podem aceitar que ano após ano, orçamento geral do estado após orçamento geral do estado, o Novo Hospital do Oeste vá permanecendo adiado e até esquecido.-----

----- Não podem consentir que se continue a brincar com a saúde da população do Oeste e a fazer ou satisfazer jogos partidários acerca da sua localização que apenas têm como resultado o adiamento *sine die* da sua construção e fundamentalmente, a degradação dos cuidados de saúde a que todos têm direito.-----

----- Sobre o estudo em análise sobre a localização do novo Hospital do Oeste, encomendado pela OesteCIM, que aponta como primeira localização o nó da A8 do Bombarral/Sul e como segunda localização o nó da A8 de Campelos, pensam ser apenas mais um contributo para que o Governo, efetivamente a entidade responsável quer pela determinação de localização, quer pela sua construção, não continue a usar o estafado argumento que não constrói o novo hospital porque os

oestinos não se entendem quanto à sua localização.-----

----Reportou-se também às afirmações da edil no Badaladas: “para os torrienses ambas as localizações são similares, com diferenças de tempo de deslocação na ordem dos cinco minutos. Não será certamente por isso que vamos contribuir para atrasar o processo de construção de um novo hospital, que tanta falta faz aos oestinos e em particular aos torrienses”, com a quais o PCP não poderia estar mais de acordo, contudo não podem ficar só pelas afirmações e há que exigir da parte do governo a decisão urgente sobre a sua localização, construção e a disponibilização das competentes verbas em sede de Orçamento, bem como a calendarização de todo o projeto. -----

----Por fim disse que independentemente das diferenças ideológicas e partidárias, respeitáveis e salutareis é essencial que neste assunto, de suma importância para todos os oestinos em geral e os torrienses em particular, sejam capazes de acordar em exigir por todos os meios ao seu alcance a concretização, também aqui, do direito à saúde plasmado no art.º 64.º da CRP.-----

----Ainda sobre esta temática a *deputada municipal **Marta Gerald*** fez notar que o documento em análise não é um estudo, mas uma apresentação que não é clara e lhe suscitou algumas dúvidas sendo desejável que a 2.ª fase tivesse mais conteúdo. -----

----O *deputado municipal **Renato Monteiro***, disse entender que haja a necessidade de fazer estudos para perceber a melhor localização, mas recordou que na primeira intervenção que fez neste plenário afirmou que a localização do hospital estava decidida e que era no nó do Bombarral. -----

----Após as intervenções prestadas sobre o assunto em título, *a presidente da Câmara* relevou o facto de a ARS e o CHO estarem envolvidos no estudo juntamente com a NOVA e relevou também que os profissionais de saúde entrevistados se tenham pronunciado todos por um único hospital do Oeste, e não por soluções que envolvessem um hospital de média dimensão.-----

----Salientou que para além da localização, importa, como disse o PCP, uma solução de compromisso e se não forem céleres não têm argumentos para obrigar o governo a tomar uma decisão e este estudo faz com que não possam dizer que não houve um apontar de uma localização, feita pela generalidade dos municípios e que não estão a puxar um para cada lado. Foi um compromisso que cumpriram esperando agora que o governo faça a sua parte. -----

----Por último assinalou a importância de saberem negociar as valências que possam ser importantes para hospital de Torres Vedras para os servir de forma imediata. -----

----Concordando com os argumentos apresentados pelos intervenientes e antes de colocar a moção à votação o *presidente da Assembleia*, quanto às questões demográficas levantadas, lembrou que Caldas da Rainha tem um problema, ou seja, mesmo junto com Óbidos, Peniche, Rio Maior e uma parte de Alcobaça, não tem dimensão geográfica para ter um hospital. -----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título. -----

3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS MAPAS ORÇAMENTAIS “DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA” E “DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS” APROVADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 3330, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de junho, a informar que a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, na sua reunião de 7/06/2022, remeter a este órgão os novos mapas orçamentais “Demonstração de Execução Orçamental da Despesa” e “Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos em substituição dos anteriormente aprovados, pela Assembleia Municipal em 27/04/2022, uma vez que, e de acordo com a informação n.º 13 de 02/06/2022 da Divisão Financeira, aquando do encerramento do ano de 2021 no *software* informático SNC, os serviços verificaram que o sistema não permitia trancar o exercício por existirem 3 notas de crédito por transitar para 2022, documentos estes que não tinham transitado por não existirem faturas imputadas ao orçamento, ou seja lançadas em definitivo, em montante superior ao das notas de crédito. Para conseguir resolver esta situação, a única solução apresentada pela AIRC, foi lançar, em 2021, faturas de valor igual às notas de crédito, regularizar essas faturas com as notas de crédito, e lançar, simultaneamente, uma operação diversa a anular o lançamento “fictício” da fatura no subsistema da contabilidade financeira e assim esta solução traduziu-se numa alteração dos mapas orçamentais e que fazem parte dos documentos da prestação de contas, e o impacto de tal solução ascendeu a apenas € 2.395,77, nas rubricas 0203/020218 (€18,42) e 0102/02020101 (€2.377,35) e não implicou qualquer alteração em termos financeiros. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que se trata de uma questão de natureza técnica, perfeitamente explícita nos documentos que acompanham o pedido de agendamento, e como não se registaram intervenções passou-se de imediato à votação. -----

----- Tendo presente a sua competência, prevista na alínea I), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos mapas orçamentais “demonstração de execução orçamental da despesa” e “dívidas a terceiros por antiguidade de saldos” aprovados na prestação de contas de 2021 do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam ausentes, António Ferreira dos Anjos, Rui Prudêncio, Susana Neves, Sónia Patricio, Nuno Cosme, António Alves e Pedro Castelo. -----

4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2021:-----

-----Presente ofício número 3331, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/06/2022 a remeter em formato digital os documentos de prestação de contas consolidadas de 2021 do grupo

autárquico municipal de Torres Vedras, de acordo com a deliberação tomada pelo Executivo, por maioria em sua reunião de 7/06/2022.-----

----A **presidente de Câmara** informou que o documento em apreço decorre de obrigatoriedade legal, mas no fundo é a agregação das contas do grupo autárquico municipal (Câmara Municipal, SMAS e Promotorres, E.M.), que já foram avaliadas em abril e mostra resultados de uma forma global.-----

----A *deputada Municipal* **Marta Geraldês**, disse que pelas decisões políticas inerentes ao exercício e na sendo do decidido anteriormente em abril aquando da prestação de contas, o grupo municipal do PSD se iria abster -----

----Por sua vez o *deputado municipal* **Rui Estrela** registou que o grupo municipal UTV se iria abster uma vez que não acompanharam a execução do exercício de 2021. -----

----Não se registaram mais intervenções, passando-se á votação:-----

----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e dos n.ºs 1 e 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, ambas na sua atual redação deliberou, por maioria de 24 votos a favor e 11 abstenções, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas de 2021 do Município de Torres Vedras.-----

----Anota-se que se abstiveram, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António Bastos, Ana Fiéis e José Damas Antunes. -----

----Não se encontravam presentes, António Ferreira dos Anjos, António Carneiro, Rui Prudêncio, Nuno Cosme e António Alves. -----

5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2022 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 3328, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/06/2022, a remeter, conforme deliberado pelo Executivo em 7/06/2022, a 4.ª revisão em título, e que se consubstancia no seguinte: Receita – Criação e dotação das rubricas: 06030705 – Transferências correntes - Administração central – ICNF - Gabinete Técnico Florestal: dotada com o montante de €3.494,75, valor de candidatura aprovado em maio/2022 - 06030799 – Transferências correntes – Administração central – Serviços e Fundos Autónomos – Outros: dotada com o montante de €50.000,00, valor referente ao protocolo de parceria a celebrar com a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal no âmbito do apoio ao evento World Surf League Santa Cruz Pro – WQS 3000 e Reforço da rubrica: 06030704 – Transferências correntes - Administração central – ICNF - Sapadores Florestais: dotada com o montante de €33.750,00 no seguimento da aprovação da candidatura relativa ao ano de 2022 (valor estimado a receber no ano corrente; estima-se que em 2023 se recebam €11.250,00 por conta desta candidatura).-----

-----A **presidente da Câmara** disse que a revisão em causa visa a criação de rubricas para arrecadar apoios da administração central referente a candidaturas do Gabinete Técnico Florestal e no âmbito de protocolo a celebrar com a Entidade Regional de Turismo do Centro Portugal. -----

-----Não se registaram intervenções tendo o presidente da Mesa submetido à votação o assunto:--

-----A Assembleia Municipal, fazendo uso da sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por unanimidade, aprovar a 4.ª revisão ao orçamento para 2022 do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que não se encontravam presentes, António Ferreira dos Anjos, António Carneiro, Nuno Cosme e António Alves. -----

6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA PARA O ANO DE 2022 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:

-----Presente ofício n.º 3329, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/06/2022, a remeter a 2.ª revisão em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 7/06/2022, a qual se traduz no seguinte: Abertura de duas novas obras no plano plurianual de investimentos que totalizam o montante de 250 mil euros (90 mil euros no ano de 2022 e 160 mil euros no ano de 2023), cujo financiamento resulta da utilização de parte do valor recebido da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 2019, na sequência do acordo efetuado com os SMAS, no montante de €1.298.133,67 e reforços em alguns projetos existentes no PPI e rubricas do orçamento da despesa de 2022, bem como a inclusão de novos projetos, e, ainda a transferência e inclusão de verbas para os anos seguintes. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que a revisão em discussão se reporta essencialmente à inclusão de 2 novas obras para melhoria do sistema de retenção de águas pluviais, no PPI, cujo valor resultou da utilização de parte do valor recebido da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 2019, na sequência do acordo efetuado com os SMAS, por causa de valores exorbitantes que durante anos pagaram por águas residuais e visa também reforços em alguns projetos existentes. -----

-----O **deputado Municipal Luis Carlos Lopes** solicitou que lhe fosse facultado o acordo firmado com a Águas do Tejo Atlântico, S.A. -----

-----O **presidente da Mesa** disse que os serviços de apoio assegurariam o pedido. -----

-----Tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Revisão ao Orçamento da receita/despesa para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que não se encontravam presentes, António Ferreira dos Anjos, António Carneiro e

António Alves. -----

7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2022: -----

-----Presente ofício número 3324, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/06/2022, a remeter, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião 07/06/2022, a 1.ª proposta de alteração ao mapa de pessoal da câmara municipal aprovado para 2022, a qual, de acordo com a informação da Divisão de Recursos Humanos se traduz no seguinte: afetação dos postos de trabalho do mapa de pessoal diretamente às unidades orgânicas (Departamentos/ Divisões/ Unidades); alteração da descrição de alguns postos de trabalho, por forma a facilitar o recurso a reservas de recrutamento já existentes e a diminuir o número de processos de recrutamento a desencadear; extinção dos 35 postos de trabalho que constam no anexo IV ao mapa de pessoal, revendo as prioridades até ao mapa de pessoal anual que acompanhará o orçamento para o ano 2023; criação dos 19 postos de trabalho que constam no anexo III ao mapa de pessoal para fazer face a necessidades urgentes; manter as descrições dos postos de trabalho do mapa de pessoal aprovado para 2022 relativamente a todos os casos que não constam nos anexos a esta primeira alteração; e extinção de postos de trabalho de assistentes operacionais na Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, após transição dos mesmos para a carreira de Sapador Bombeiro Florestal, nos termos do previsto no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2/07 (procede à aplicação aos bombeiros municipais das categorias e das remunerações previstas para os bombeiros sapadores) e do Decreto-Lei n.º 106/2022, de 13/04 (estatuto de pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local). -----

-----A **presidente da Câmara** informou que a alteração está devidamente explicitada na informação disponibilizada e visa essencialmente tornar os procedimentos mais funcionais em termos de recrutamento. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo**, questionou se não era engano que na Unidade de Comunicação e Marca, para um técnico superior a área de formação académica/profissional fosse solicitada uma Licenciatura em Ciências do Desporto. -----

-----A **Presidente da Câmara** solicitou à mesa que fosse dada a palavra ao Vereador do pelouro para responder à questão. -----

-----O **Vereador Nelson Aniceto** informou que a questão suscitada não foi alvo da alteração em análise, não é nenhuma inovação, e o posto não está ocupado. -----

-----Não se registando mais intervenções passou-se à votação: -----

-----Tendo presente a sua competência prevista nos n.ºs 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, conjugada com a alínea d), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, ambas na sua atual redação deliberou, por unanimidade aprovar a 1.ª proposta de alteração ao mapa de pessoal da

câmara municipal aprovado para 2022. -----

----- Anota-se que se encontravam ausentes António Ferreira dos Anjos e António Carneiro. -----

AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

----- Foi dada a palavra à presidente da Câmara que fez uma breve introdução das contratações inerentes a todas as autorizações agendadas neste ponto e que visam a continuidade dos serviços a prestar.-----

8.1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES PARA DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2022/23: -----

----- Presente ofício número, 3322 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/07/2022, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 07/06/2022, a informação n.º 144/SABS/2022 da secção de aquisição de bens e serviços datada de 01/06/2022, para efeitos de autorização de repartição de encargos, e uma vez que os serviços iniciam no dia 01/09/2022 e terminam a 30/07/2023, prevê-se que a despesa fique assim repartida: 2022: € 155.520,00 + IVA - Ano 2023: € 259.200,00 + IVA. -----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* questionou sobre a possibilidade de estender a programação e robótica aos restantes agrupamentos do concelho, para além dos alunos de 3.º e 4.º ano do Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo, uma proposta que sabe ter sido apresentada ao Executivo pelos vereadores do UTV.-----

----- A *presidente de Câmara* explicou que os alunos de uma forma geral têm atividades de programação e robótica, porque existe um serviço educativo que o permite, mas são opções dos agrupamentos. A robótica é na Escola S. Gonçalo, onde é uma atividade icónica, mas os seus alunos dão apoio aos outros agrupamentos.-----

----- O *deputado municipal Rui Estrela* disse que o UTV iria votar a favor, mas queria expressar, a título pessoal, fortes reservas quanto à estratégia seguida pela autarquia no que diz respeito às AECs, quanto à contratação direta dos profissionais para as realizar. Lembrou que no início tinham um vínculo de contratação indireta, ou seja, eram as associações o único veículo da dinamização destas atividades, que assim conseguiam que este investimento tivesse uma grande produtividade, porque os contratados podiam realizar ali outro tipo de trabalho, e esta estratégia deve ser repensada no futuro. -----

----- A *presidente da Câmara* explicou que a contratação e o montante em apreço é o remanescente do valor total, que é contratado à Física, Associação de Melhoramentos de A-dos-Cunhados e ATV, associações que desenvolvem as atividades, na linha do que sempre foi o objetivo da autarquia. As contrações objeto de análise são situações específicas e dizem respeito às coadjuvações para atividade física nas escolas de 1.º ciclo, fruto de acordo feito com o Ministério de Educação para o efeito. -----

----- Terminadas as intervenções o presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em agenda:
----- Tendo presente a sua competência, prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos para aquisição de serviços de professores para dinamização de atividades de enriquecimento curricular - ano letivo 2022/23, estimando-se que a despesa fique repartida da seguinte forma - 2022: € 155.520,00 + IVA - Ano 2023: € 259.200,00 + IVA. -----

----- Anota-se que se encontravam ausentes António Ferreira dos Anjos e António Carneiro. -----

8.2 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA MACHADO SANTOS EM TORRES VEDRAS:-----

----- Presente ofício número 2940, da Câmara Municipal de Torres vedras, de 27/05/2022, a dar conhecimento que, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, na sua reunião de 24/05/2022, remeter a informação em anexo, para efeitos de autorização da repartição de encargos da despesa plurianual, tendo em conta o que a obra terá um prazo máximo de 270 dias de calendário, estimando-se que a despesa fique repartida da seguinte forma: para a CMTV – 2022 €134.051,08, 2023 -€167.563,90 – total €301.614,98 e para os SMAS – 2022 - 11.637,76 – 2023 - €26.185,02 – total 26.185,02. -----

----- O *deputado municipal João Bastos* fez uma pequena ponderação sobre as intervenções em espaço público, para dar especial realce ao facto de, no caso da praça em causa, ter havido apreciação pública, e os munícipes envolveram-se no projeto tendo o resultado sido bom. Trata-se de uma intervenção limpa, sem grandes adornos que torna o espaço bastante flexível. -----

----- Questionou a razão de a esplanada do restaurante “Pipo” que estava junto ao edifício, ficar com esta intervenção, mais afastada.-----

----- A *presidente de Câmara* esclareceu que a atual localização da esplanada compromete o acesso de viaturas de emergência.-----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que nada tem a opor, quanto à obra, que só peca por tardia. -----

----- Aproveitou este assunto se para referir aos edifícios degradados que compõe a envolvência da praça, que a autarquia com este projeto de requalificação da praça não pode mudar, e que vão ali permanecer por muitos anos, lembrando que o CDS já em tempos falou da importância de implementar um programa de incentivo à regeneração urbana, como existe em Mafra, para além dos incentivos já previstos nas ARUs. -----

----- Concluídas as intervenções, passou-se de imediato à votação.-----

----- Atenta a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos referente à empreitada de requalificação da praça Machado Santos em Torres

Vedras, estimando-se que a despesa fique repartida da seguinte forma: para a CMTV – 2022 €134.051,08, 2023 -€167.563,90 – total €301.614,98 e para os SMAS – 2022 - 11.637,76 – 2023 - €26.185,02 – total 26.185,02. -----

----- Anota-se que se encontravam ausentes António Ferreira dos Anjos e António Carneiro. -----

8.3 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA A FROTA AUTOMÓVEL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, A CELEBRAR AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO (AQ) N.º 06/2020 DA CC DA OESTECIM:-----

----- Presente ofício número 2863, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/05/2022, a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 17/05/2022, para efeitos de autorização de repartição de encargos da despesa plurianual, com efeitos à data de 03/05/2022, data da deliberação do conselho de administração dos SMAS TV, uma vez que se prevê que o contrato em vigor venha a terminar antecipadamente devido ao aumento exponencial do preço dos combustíveis, não tendo havido possibilidade de, em tempo útil, se submeter o assunto a autorização prévia do órgão deliberativo, de acordo com a seguinte repartição da despesa: € 496.926,04 – repartida da seguinte forma: 2022 - € 237.290,92+IVA e 2023 - € 259.635,12+IVA. --

----- Tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos da despesa, com efeitos à data de 3/05/2022, para aquisição de combustíveis rodoviários para a frota automóvel dos serviços municipalizados de água e saneamento de torres vedras, a celebrar ao abrigo do acordo quadro (AQ) n.º 06/2020 da CC da OesteCIM, repartida da seguinte forma: 2022 - € 237.290,92+IVA e 2023 - € 259.635,12+IVA que totaliza € 496.926,04. -----

----- Anota-se que se encontravam ausentes António Ferreira dos Anjos e António Carneiro. -----

8.4 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZAS DE EDIFÍCIOS ESCOLARES: -----

----- Presentes ofícios 3395 e 3614, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14 e 23 de junho, a remeter o processo em título, na sequência da sua reunião realizado no dia 21/06/2022, onde deliberou a abertura de procedimento para celebração de contrato, pelo prazo de 1 ano (de setembro de 2022 a agosto de 2023) para a aquisição de serviços de limpeza de edifícios escolares, decorrentes da descentralização de competências para os órgãos municipais, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01, com o preço máximo para todos os serviços previstos no programa de trabalhos apresentado de € 237.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se que a despesa fique repartida do seguinte modo: 2022 - € 79.000,00 e 2023 - € 158.000,00, ambos valores com IVA. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por para efeitos do disposto no n.º do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de

encargos para aquisição de serviços de limpezas de edifícios escolares, com o preço máximo para todos os serviços previstos de € 237.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se que a despesa fique repartida do seguinte modo: 2022 - € 79.000,00 e 2023 - € 158.000,00, ambos valores com IVA.-----

----- Anota-se que se encontravam ausentes António Ferreira dos Anjos e António Carneiro. -----

----- Antes de encerrar os trabalhos o *deputado municipal Rui Estrela* pediu a palavra para informar que não iria participar na discussão do ponto 9, com o qual iniciariam a reunião no dia seguinte, por conflitos de interesses.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----- Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----- Pelas 01:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado, uma vez que não foram discutidos todos os pontos agendados.-----

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JUNHO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 29 DE JUNHO DE 2022:-----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário).-----

----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldes, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, Luis Miguel Antunes Batista, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Luis Manuel Rodrigues Lopes

Costa (em substituição de José Francisco Damas Antunes), Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e David Alves Gomes Lopes, -----

----- Faltou o membro António Augusto Ferreira dos Anjos. -----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Francisco João Pacheco Martins, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----

----- A iniciar a reunião o **presidente da Mesa** informou que a sessão de setembro estava prevista para os dias 28 e 29 de setembro, e as reuniões da comissão permanente de líderes para os dias 13 e 20 desse mês e deu a palavra ao primeiro secretário que informou que em substituição do Presidente de Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, estava presente o secretário, Luis Manuel Rodrigues Lopes da Costa. -----

----- De seguida informou que a presidente da Câmara solicitou que fosse aditado à ordem de trabalhos, a alteração à 4.ª revisão ao orçamento que o plenário tinha aprovado no dia anterior, incluindo a 4.ª revisão às Grandes Opções do Plano, tendo a Assembleia que revogar essa deliberação e aprovar a alteração da 4.ª revisão ao Orçamento e às GOPs, colocando, ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a admissibilidade do assunto na ordem de trabalhos, tendo o plenário autorizado por unanimidade. -----

ADITAMENTO:-----

PROPOSTA N.º 30/CM/2022 – ALTERAÇÃO DA 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2022: -----

----- Presente ofício número 3730, da Câmara Municipal de Torres Vedras, desta mesma data, a informar que foi submetida a reunião do executivo do dia 07/06/2022 e, posteriormente, a reunião de Assembleia Municipal, a 4.ª Revisão ao Orçamento aprovado para 2022, contudo, verificou-se nesta data, a necessidade de inscrição de dotação, para o ano de 2023, no projeto 22112022/117: Refeições confeccionadas para refeitórios escolares, de forma a se poder lançar o procedimento para o próximo ano letivo. -----

----- Apesar de não ser necessária a realização de uma revisão orçamental para esta inscrição (uma vez que o projeto já se encontrava inscrito nas Grandes Opções do Plano), o art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, refere que “a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização (...) não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida” pelo respetivo órgão deliberativo, “salvo quando: a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; b) Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.” Daqui resulta

que, tendo em consideração os valores estimados em apreço (€ 300.000,00 para 2022 e € 470.000,00 para 2023), a abertura do procedimento carecia sempre de autorização da Assembleia Municipal: ou através de GOP previamente aprovada, ou sendo aprovado o procedimento de abertura propriamente dito. -----

----- Assim sendo, a forma mais fácil e célere de cumprimento da legislação em vigor é a alteração da 4.ª revisão do Orçamento para 2022, com inscrição, no ano de 2023, da referida dotação de € 470.000,00, na GOP 22112022/117, rubrica orçamental 0601/020105, pelo que não tem, portanto, qualquer impacto no Orçamento para 2022, e também não foi feita qualquer outra alteração aos documentos da 4.ª Revisão do Orçamento antes apresentados. -----

----- Face ao exposto e tendo presente a urgência na aprovação da referida revisão, coloca à consideração deste órgão, o seguinte: a revogação da deliberação tomada na reunião de 29/06/2022, relativa à aprovação da 4.ª revisão ao orçamento da câmara municipal para 2022; a aprovação da 4.ª Revisão ao orçamento e GOP's da câmara municipal para 2022, após introdução da alteração conforme descrito. -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/20'13, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade revogar a sua deliberação tomada na reunião de 29/06/2022 referente ao ponto 5 – Proposta n.º 22/CM/2022, e aprovar a 4.ª Revisão ao Orçamento e GOP's. -----

----- Anota-se que não se encontravam presentes, Rui Estrela, Nuno Pinto, Sónia Patricio e Maria Manuela Pacheco. -----

9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CRUZ – VERSÃO FINAL: -----

----- Presente ofício número 3327 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/06/2022, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, em sua reunião de 07/06/2022 aprovou, por unanimidade, a versão final do projeto da Operação de Reabilitação Urbana de Santa Cruz, e nessa sequência, tendo presente a competência da assembleia municipal remete o processo em título para efeitos de aprovação final. -----

----- No uso da palavra a **presidente da Câmara** deu nota que a ORU em apreço foi aprovada pelo Executivo Municipal em 29/03/22 e entre 19/04 e 16/06 esteve em discussão pública, na qual foram apresentadas 4 exposições, das quais a equipa considerou que 3 não tinham provimento, e uma 4.ª ligada ao edifício do Karting e à sua transformação em Museu de Paleontologia, que foi incluída na proposta em análise hoje. -----

----- Deu nota ainda que antes da proposta ser levada ao Executivo, houve diversas sessões de participação pública feitas em Santa Cruz, e ações participativas *online*, através de plataforma própria, de que resultou um documento muito participado, que releva Santa Cruz, uma localidade

que a todos diz muito, no que se refere a este conjunto de ações interligadas, que se vão desenvolver na ARU.-----

-----O *deputado municipal João Bastos* da análise que fez ao documento, retirou que é exaustivo, bem estruturado, com boas fundamentações, relevando conhecimento do território e vertendo as preocupações e sugestões dos munícipes presentes nas sessões públicas que foram promovidas, e que o PSD votaria a favor.-----

-----Contudo iria abordar algumas questões e deixar sugestões que no seu entender deviam ser ponderadas, mais concretamente o aeródromo, uma vez que a ORU fala em requalificação, e em constrangimentos de ampliação da pista da aterragem, mas, a seu ver realocar não é opção e não há outro sítio. Desta forma se querem ter um no concelho, tem que ser ali e a Câmara Municipal tem que tentar dinamizar o aeródromo como em tempos já foi uma estrutura bastante dinâmica e puxar outras coisas que deem movimento a Santa Cruz.-----

-----Para melhorar esse movimento, disse ser imperativo referir a estrada para Santa Cruz e independentemente da ligação à A8, seja a amarração mais a norte ou mais a sul, deu nota de três variantes que não serão de custo muito elevado, mas que dariam uma nova dinâmica para a acessibilidade a esta localidade e que seriam: o completamento da variante da Fonte Grada, passando pela antiga lixeira; a variante das Palhagueiras, depois de passar a empresa Santos e Santos, há uma curva, onde há um caminho de 700 m, e a variante do Choupal, antes de começar a descer para o Chofral.-----

-----Falou também do surf e no aproveitamento da costa torriense com todo o potencial que tem para a sua prática, a propósito da Rota do Surf e se querem competir com a Ericeira, porque contribuiu para a dinamização de novas unidades hoteleiras, a juntar a algum alojamento local que já existe e para além disso contribui para o movimento de estrangeiros em Santa Cruz que consequentemente alavanca o comércio local.-----

-----Também sugeriu a construção de um passadiço de madeira entre a Praia Centro e a Praia do Navio, no sopé da arriba, como existe na Praia Azul, embora já lhe tenham dito que o Ministério do Ambiente não o permite, o que não consegue compreender, pois pensa há direitos adquiridos, há projetos que são fundamentais para a atividade económica dos concelhos, e assim têm que fazer frente à tutela, ser mais firmes, fazendo ver que não prejudica.-----

-----Relativamente à ciclovia que existe, acha que devia ter sido construída do outro lado da estrada, onde está o espaço urbano, onde o passeio era largo e tinha iluminação, e talvez tivesse sido menos onerosa, ainda assim e já que lá está, devia ser prolongada, por dentro de Santa Cruz com ligação à Praia Azul.-----

-----Por último reportou-se ao espaço do antigo Karting, onde a seu ver, já deviam ter sido plantados os pinheiros, nem que fosse para segurar a areias, e independentemente da utilização

que se vá dar ao edifício, para o qual não tem nenhuma proposta concreta, defende que ao fazerem o tal centro de paleontologia, com o qual não concorda, estão a concorrer com a Lourinhã, e assim caminhará noutras direções. -----

----O *deputado municipal* **António Carneiro** teceu algumas considerações sobre a questão da atribuição da classificação da reserva mundial de surf à Ericeira e aproveitou para dar nota que existem na Ericeira 600 alojamentos locais que faz os preços dispararem, o que não agrada aos ericeicenses, mas felizmente ou infelizmente Santa Cruz está bem longe disso.-----

----Disse que assinava quase tudo o que o orador anterior disse, mais concretamente sobre a necessidade de mergulhar no futuro de Santa Cruz, e lembrou a exceção a empreendimentos turísticos que propôs no 1.º Plano Diretor Municipal, que permitiu fazer “Areias do Seixo” e o “Campo Real”.-----

----Para terminar exortou ao plenário para não quererem transformar Santa Cruz numa Ericeira, que sempre teve vida própria, é uma terra de pescadores, quando Santa Cruz foi sempre uma estância balnear, apesar de hoje começar a haver mais residentes. -----

---- Também sobre este assunto pronunciou-se o *deputado municipal* **Ilídio Santos**, desde logo indicando que o UTV votaria a favor, porque consideram ser importante haver uma requalificação de toda aquela zona, já que consideram Santa Cruz um potencial e uma localidade estruturante para o concelho e podem fazer algo que o melhore.-----

----Da análise que fez à ORU, também lhe retirou algumas reticências quanto ao edifício do Karting, pois poderia ser dada outra utilização e deviam ficar com opções em aberto. -----

----Concorda que a questão do surf e de todo o turismo que daí advém, é de facto uma mais-valia, constatou no documento que foi tido em conta os apoios de praia, e lembrou da via para o litoral, pois o UTV considera que é extremamente importante fazerem chegar as pessoas rapidamente a Santa Cruz, não sendo propriamente uma questão de competir com a Ericeira, mas de terem acesso mais rápido para quem queira visitar, até porque há pelo país praias com bons acessos, mas sem grandes massas.-----

----Por fim assinalou que estão a discutir um plano, mas falta a execução e a concretização, e assim solicitou a devida operacionalidade, para não se ficarem apenas pelas páginas do mesmo. -

----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** interveio realçando o facto de, segundo os dados que dispõe, a freguesia da Silveira, seguida de A-dos Cunhados/Maceira, conseqüentemente Sta. Cruz, registam o maior crescimento demográfico no concelho de Torres Vedras, o qual conduz a uma maior procura de habitação e conseqüentemente a um crescimento da área urbanizável, mas, apesar disso este projeto não tem uma carga habitacional tendente a aumentar muito a densidade habitacional.-----

----Realçou ainda que a ORU, quanto aos objetivos de aproximar socialmente e cerzir

fisicamente agregados, refere que Santa Cruz tem um papel determinante face ao seu caráter turístico, contudo verificam a falta de qualquer referência ao que se pretende para o setor hoteleiro e alojamento local. -----

---- Acrescentou que ao nível do investimento público, se destaca a necessidade de melhorar alguns espaços públicos e a criação de equipamentos, bem como garantir uma melhor mobilidade e acessibilidade, não se vislumbrando, contudo, a necessária criação de mais espaços públicos. --

---- Frisou que o projeto contém princípios genéricos com os quais todos estarão de acordo, só que, no tocante à sua tradução prática, ficam algumas dúvidas, para além de apreensão uma vez que o projeto necessita de €31.460.000,00 de apoios nacionais e comunitários, ou seja está muito dependente desses apoios para ser concretizado. -----

---- O aumento do limite da ORU em 44,8 hectares incluindo a Pousada da Juventude, a EN247 e os terrenos a nascente da Rotunda dos Anzóis parece-lhe óbvia, sendo importante definir e saber que equipamentos serão instalados nesses terrenos. -----

---- Também disse que da leitura do projeto ficam-lhe algumas dúvidas sobre o que se pretende exatamente para esta zona, sendo importante que se saiba. -----

---- Saliu que ao PCP parece interessante a interface de transportes junto à Rotunda dos Anzóis, se bem que é uma proposta pouco desenvolvida e que não fala claramente numa ligação ao estacionamento expectável para o local, com transporte coletivo de pessoas. Não se sabe o número de lugares de estacionamento e centrando tudo num único local levará, necessariamente a desequilíbrios, pelo que é imperioso um outro parque na zona da rotunda junto a Vale Janelas ou perto desse local. -----

---- Quanto a propostas de caminhos pedonais/cicláveis não se prevê utilização para quem venha de fora, mas apenas de quem está, ou seja, na variante Torres Vedras/Santa Cruz não existe esse propósito nem propriamente a ideia de o concretizar. -----

---- Deu nota que mereceram a apreciação negativa por parte dos inquiridos, a saúde e a oferta cultural e desportiva, mas apesar disso, não vislumbra soluções nestes domínios, nomeadamente na área da saúde, e parece-lhe ser falha de monta a inexistência de um espaço de espetáculos, exposições ou algo que possa ser utilizado como essa função. -----

---- Prosseguiu assinalando que nada é referido para o aproveitamento integral das águas disponíveis, apenas refere recuperação de redes de águas e esgotos. -----

---- Resumidamente, fez notar que este plano se baseia numa conceção ideológica do mundo em que tudo é mercadoria incluindo a beleza, o bem, o património comum antigo ou moderno, em que a criação e vivência cultural está um pouco arredada das ruas e praças porque a arquitetura já não é pensada para isso. Falta a valorização da estrada litoral, faltam polos e espaços distribuídos para criação e fruição das artes, falta visão estratégica para um turismo duplo: para as pessoas

com menos rendimentos e para os ricos que queremos que gastem ali o dinheiro. Não é essa a conceção do PCP do mundo e por isso irá abster-se -----

----- Sobre a operação de reabilitação urbana em discussão o *deputado municipal Pedro Castelo* frisou que o documento apesar de ter contornos bem definidos, também deixa muitas coisas em aberto, o que de certa maneira o deixa satisfeito porque tem, como os colegas, algumas dúvidas, mas agrada-lhe que com esta ORU fica com a certeza que conseguem salvaguardar e manter Santa Cruz afastada com aquilo que um dia poderia ser uma futura Ericeira. Neste aspeto concorda com o colega António Carneiro e vai mais longe pois por vezes receia ter uma estrada nova para Santa Cruz, onde têm toda uma beleza natural e espontânea que tem que ser preservada. -----

----- Têm uma diferença efetiva com a Ericeira, mas pensa que é na diversidade da costa Oeste que vai do Guincho até Peniche, que Santa Cruz tem que se afirmar e afirmar pela diferença. -----

----- A terminar aproveitou para elogiar o responsável da área que elaborou esta ORU, Arq.º André Batista, a seu ver, o melhor da autarquia e que acredita no seu bom senso pensando que daqui a uns 5/6 anos irão ver um bom trabalho em Santa Cruz. -----

----- Também para um breve comentário foi dada a palavra ao *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* que relativamente ao aeródromo, defendeu que deve ser melhorado ou mudado de local pois está-se a perder 30 hectares que estão ali completamente abandonados.

----- Terminadas as intervenções tomou a palavra a *presidente da Câmara*, que também elogiou o trabalho da equipa liderada pelo Arq.º André Batista que como é seu apanágio fez um excelente trabalho. -----

----- Também acreditam que Santa Cruz se deve afirmar pela diferença, não querem uma nova Ericeira, nem Peniche, querem apenas que seja Santa Cruz com qualidade para receber todos os que queiram vir e tratar a localidade com dignidade. -----

----- Assinalou que a ORU é de facto um documento aberto, que se vai trabalhar e consubstanciar ao longo do tempo, e caso surjam novas propostas, estas serão apreciadas, validadas e integradas no que será o plano de urbanização de Santa Cruz. -----

----- No tocante à falta de salas de espetáculos, lembrou que existe um projeto para o local vulgarmente conhecido por “bicos” designado na altura de “Centro Cívico de Santa Cruz” que, entretanto, foi modificado naquilo que eram as valências iniciais e agora está pensado ser um centro ligado à investigação e exposição da literacia oceânica. Para o mesmo, no último governo reuniu com o Ministro do Mar para o sensibilizar no sentido de haver financiamento pois o município não tem essa capacidade e espera que, assim que houver possibilidade no novo Programa Operacional do Mar e no âmbito do 2030, o projeto seja posto em cima da mesa para que o possam levar à prática. -----

----- Quanto ao parque municipal de Santa Cruz esclareceu que a zona norte, correspondente ao ringue, não foi mexida nesta 1.ª fase, estando projetado para o mesmo uma zona coberta, na parte superior e meias paredes laterais para permitir que haja atividades de natureza, desportiva e cultural, complementando a falta de equipamentos públicos nesta localidade.-----

----- No que concerne a algumas propostas que foram feitas lembrou que esta ORU teve uma fase de participação pública para recolher propostas, e posteriormente uma fase da discussão pública onde todas as propostas poderiam ter sido apresentadas em tempo.-----

----- Relativamente ao aeródromo, não concorda que tenham 30 hectares abandonados e que tenha pouca atividade, pensando mesmo que há má perceção do que tem sido a sua atividade nos últimos anos, ou seja, existe uma escola, a única do país de aviação desportiva e há dois anos lecionam, em conjunto com uma entidade que pertence à Lusófona, cursos profissionais de nível 4 de manutenção aeronáutica. Acrescentou que estes cursos este ano foram integrados no “Agora Escolhe” para os alunos de 9.º ano e pretende-se que venha a haver licenciaturas em que o aeródromo esteja integrado, um passo importante se pensarem que há muita carência em termos de manutenção aeronáutica.-----

----- Acrescentou ainda que todos os anos organizam festivais aéreos e eventos com outras entidades da sociedade civil, fruto do trabalho que a direção do Aero clube tem feito para dinamizar o espaço e criar mais raízes com a comunidade, e para além de fazerem muitos batismos de voo têm realizado sessões de cinema inseridas na Onda de Verão, ou seja, há um trabalho que está a ser feito que a Câmara Municipal apoia, mas não estão em condições de fazer uma requalificação do espaço para que ficasse ótimo.-----

----- Por último e quanto ao passadiço, considera que em alguns locais foi uma valorização relevante, porque de outra forma ninguém lá iria, mas não lhe parece que seja o caso na marginal de Santa Cruz, onde existem passeios muito largos, aproveitando para referir as dificuldades colocada pelo Ministério do Ambiente para a aprovação dos apoios de praia, por causa das arribas, e que são prioritários, não crendo que o passadiços seja um projeto viável, ou determinante para a valorização de Santa Cruz.-----

----- Ainda sobre o Aero clube, do qual há muitos anos faz parte, o *deputado municipal Rui Prudêncio*, esclareceu que nasce em 1946 e formou ao longo destes 75 anos centena de pilotos que alimentaram a TAP, por exemplo. Continua todo os anos a formar pilotos e mecânicos, e a ligação do Aero clube a uma escola nacional de aviação desportiva, que é única, já foi inclusive agraciada com a ordem de mérito pelo Presidente da República, o único do país que a tem. Estão em criação novos cursos aeronáuticos superiores, em parceria com a Lusófona, e assim, só de facto quem não conhece a realidade diária daquela instituição é que pode dizer que está lá a mais.

----- Da mesma forma que ouviu e corrobora, que não gostaria que Santa Cruz fosse como a

Ericeira, também não gostaria que o aeródromo fosse o de Tires, não é essa a vocação porque acha que está bem inserido e serve bem o concelho. -----

-----Antes de passarem à votação o *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* pediu novamente a palavra dizendo que não se fez entender pois o que disse foi, ou requalifica e trata com outro tipo de valência e condições, ou muda de local, não falou em extinção. -----

-----Fazendo uso da sua competência, prevista no n.º 1, do art.º 17.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23/10, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico a reabilitação urbana, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção aprovar a versão final do projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Santa Cruz. -----

-----Anota-se que se encontrava ausente Rui Estrela. -----

10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PETIÇÕES: ----- ,

10.1 - “MAIS ESTACIONAMENTO LIVRE PARA OS TRABALHADORES”, PRIMEIRO SUBSCRITOR DANIELA FILIPA OLIVEIRA MARTINS: -----

-----O presidente da Mesa, apresentou a petição em discussão abaixo transcrita, agendada em cumprimento da alínea b) n.º 1 e n.º 3 do art.º 68.º do regimento, que foi previamente analisada pela Comissão Permanente de Líderes, e sobre a qual elaborou uma recomendação, que mereceu a concordância de todos os grupos municipais, com exceção do PCP, fazendo uma breve explanação dos fundamentos subjacentes à mesma. -----

PETIÇÃO: -----

-----“Vimos por este meio demonstrar o nosso desagrado pelo facto de cada vez termos menos lugares de estacionamento. Trabalhamos na Avenida General Humberto Delgado e neste momento as únicas possibilidades que temos de estacionamento são na rampa que dá acesso ao estacionamento da loja do cidadão, e só temos lugares nesta rampa se chegarmos antes das 08:00 da manhã. Sendo que grande parte dos estabelecimentos desta avenida iniciam funções cerca das 10:00, quem entra a esta hora não tem onde deixar o carro, sem ter de pagar. -----

-----Dentro do recinto da antiga rodoviária existe uma série de lugares livres que estão sempre ocupados. Pelo menos contamos três autocaravanas que lá estão há meses. Já para não falar dos moradores que lá deixam o carro. Se existem lugares para moradores porquê que estes deixam os carros nos estacionamentos livres? Se nós, trabalhadores, somos multados por deixar o carro num lugar de morador, porquê que os moradores não são advertidos por deixarem os carros nos estacionamentos livres? -----

-----A nossa única alternativa de estacionamento, até há bem pouco tempo, era o cimo da Rua Dr. Bernardino Machado que neste momento também já só é para moradores. O que não faz sentido absolutamente nenhum se considerarmos que cada moradia desta rua tem um ou dois portões de

garagem e/ou espaço dentro de casa onde estacionar.-----

----O que sugerem? Pagamos estacionamento para trabalhar? Vimos de madrugada para ter estacionamento livre ou temos de deixar os carros a pelo menos 15 minutos de distância a pé? Já para não falar que o estacionamento livre que fica distante do nosso trabalho (Parque da PSP) também enche com facilidade antes das 10:00 da manhã.-----

----Permitam-nos que deixemos uma sugestão: porque não nos disponibilizam dísticos de trabalhador, por exemplo? É-nos cobrado, mensalmente, um valor previamente estipulado e poderíamos estacionar nos sítios pagos. Mediante apresentação de uma declaração da empresa que comprova que que trabalhamos nesta avenida. -----

----Agradecemos a sua atenção e aguardamos uma solução viável para ambas as partes, considerando o vosso bom senso e compreensão.”-----

----Sobre o assunto, o **presidente da Assembleia** apresentou de seguida a seguinte recomendação: -----

“Recomendação - Petição “Mais Estacionamento para Trabalhadores”-----

----Após análise à petição apresentada, ao seu enquadramento jurídico e regulamentar, esta Assembleia Municipal recomenda que a Camara Municipal não concretize as finalidades propostas. -----

----No entanto, também considera esta Assembleia que a petição apresentada é um elemento de grande valor demonstrativo da necessidade permanente em tentar melhorar o estacionamento e a mobilidade na cidade, como tal, algo que considera que a Câmara Municipal deve ter em grande conta nas suas análises e tomadas de decisão. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal - 29 de junho 2022”.-----

----Sobre este assunto o *deputado municipal* **Francisco Corvelo** lembrou que no passado dia 22/02 esta Assembleia discutiu e aprovou a 3.ª alteração ao regulamento de estacionamento de cargas e descargas e remoção de veículos abandonados do Município e nessa altura afirmou que passado todo este tempo sobre a implementação deste regulamento seria lógico e pertinente que a Câmara Municipal desse um passo no sentido de avaliar todas as consequências da aplicação do mesmo e propusesse as alterações que cada vez mais os cidadãos sentem ser necessárias, tendo afirmado ainda que continua a aposta no estacionamento pago, as áreas de estacionamento gratuito são poucas e carecem de ser reequacionadas. -----

---- Passados menos de três meses sobre tal discussão eis que um numeroso grupo de cidadãos que sofre na pele no seu dia-a-dia as consequências deste regulamento toma a iniciativa de reclamar medidas que resolvam o seu problema enquanto trabalhadores que prestam serviço na Av. General Humberto Delgado e que para o poderem fazer são obrigados aos maiores malabarismos para estacionarem as viaturas que, por causa de um sistema de transportes

públicos desajustado, são obrigados a usar.-----

----- Especificou que não é que o PCP não esteja habituado a que a vida lhe dê razão em múltiplas situações em que a prepotência do uso do poder virou costas à realidade e apenas se preocupou em fazer prevalecer as suas visões e decisões, mas isso pouco os satisfaz pois o que realmente interessa é que os problemas dos concidadãos sejam resolvidos, sem necessidade de recurso a abaixo-assinados.-----

-----No caso vertente e lendo o abaixo-assinado verificam que os cidadãos não só expõem a situação como avançam com propostas de solução, mas não pretendem que essas propostas de solução sejam viáveis no quadro atual, muito menos que sejam a única solução, mas estão claramente a dizer que a sua abertura é total para que se encontrem soluções para este problema.

----- Por último fez notar que rejeitar sem mais a pretensão aqui trazida por este grupo de cidadãos é, antes de mais, um péssimo serviço à democracia e ao concelho, por isso, o PCP entende que nos termos da alínea c), n.º 2 do art.º 11.º do Regimento, este assunto deveria baixar à Comissão de Sustentabilidade a fim da mesma a analisar e propor boas soluções.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 38 votos a favor e 1 contra, aprovar a recomendação em título.-----

----- Anota-se que votou contra Francisco Corvelo.-----

10.2 - “TROÇO RAMALHAL/TORRES VEDRAS NORTE DA A8” – PRIMEIRO SUBSCRITOR PEDRO MANUEL DE ALMEIDA NUNES BARATA:-----

----- O presidente da Mesa introduziu a petição em título, presente no seguimento da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de abril, que abaixo de transcreve e também abordada no período de intervenção do público.-----

PETIÇÃO:-----

----- “O acesso Norte/Nordeste à cidade de Torres Vedras através de estradas nacionais conduz, inevitavelmente, todo o trânsito captado a partir desta área, seja pela N8 a Nordeste, seja pela N8-2 a Norte, para o (já muito sobrecarregado) troço compreendido entre o Hilarião (onde convergem as duas referidas vias) e o Choupal, passando pelo Centro de Artes e Criatividade.-----

----- 2. Em consequência do anterior, o atravessamento da cidade de Torres Vedras na direção Norte/Sul por parte dos munícipes oriundos da área de captação atrás referida produz uma carga adicional nas rotundas e vias adjacentes ao Choupal e, subseqüentemente, no interior da cidade (situação que se estende a alguns percursos na direção Leste/Oeste entre diferentes pontos do concelho).-----

----- 3. Esta situação de convergência, em grande medida desnecessária, de tráfego nesta entrada da cidade é contrária aos princípios de mobilidade sustentável que todos defendemos, causando não só incómodo aos munícipes utilizadores daquele canal de acesso à cidade mas também, em

termos globais, ao ambiente e qualidade do ar daquela zona. -----

----4.Na ausência de uma efetiva variante a Leste, a única alternativa possível para o acesso à cidade a partir destes quadrantes - sem passagem pelo troço referido em 1 - é a utilização do troço da A8 entre os acessos 9 (Ramalhal) e 8 (Torres Vedras Norte). Contudo, a utilização desta alternativa é altamente penalizada pela taxaço existente, pelo que este facto é profundamente desincentivador da sua utilização pelos munícipes residentes na zona norte do concelho, acabando por contribuir para acréscimo de tráfego a norte do Choupal. -----

----5.Sendo que, nos anos mais recentes, se tem registado um aumento de áreas urbanas e número de habitantes nas zonas a Norte/Nordeste (como por exemplo, na Portela da Vila e no Ameal, entre outros), estando também prevista a expansão com novos projetos turísticos e/ou urbanísticos na mesma área, tem vindo a acentuar-se (e com tendência crescente) o afluxo de procura nesta entrada norte da cidade.-----

----6.Acresce que, mesmo no acesso à zona sul de Torres Vedras, a taxaço existente no troço da A8 compreendido entre o acesso 9 (Ramalhal) e 7 (Torres Vedras Sul), acaba por conduzir os munícipes oriundos do norte do concelho para uma solução, não penalizada economicamente, de atravessamento da cidade, ao invés de utilizarem a A8 naquele troço, libertando o interior de Torres Vedras. -----

----7.Assim, nestas circunstâncias, impõe-se reconhecer - mais uma vez, na ausência de uma efetiva variante Nascente - a mais-valia de todo o troço Ramalhal/Torres Vedras Sul da A8 como meio de distribuição circular exterior Leste do tráfego local que demanda a cidade, evitando que uma deslocação, sem custos adicionais, de Norte ao Sul da mesma obrigue a encaminhar tráfego desnecessário para a zona do Choupal e interior da cidade. -----

---- Neste contexto, os munícipes abaixo assinados solicitam: -----

----a)que a classificação de "troço de tráfego local já hoje atribuída ao percurso da A8 entre Torres Vedras Sul e Torres Vedras Norte seja alargada até à saída 9 (Ramalhal), com a subjacente isenção de pagamento de portagem em qualquer um dos troços a percorrer entre estes três pontos de acesso, promovendo uma distribuição equilibrada e sustentável do tráfego ao interior de toda a cidade, através de diferentes pontos de acesso a Leste da mesma; -----

----b) que os diferentes órgãos autárquicos locais (Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) assumam abertamente esta opção de política local nos seus planos de ação e diligenciem, nomeadamente junto do Governo, no sentido de, com a máxima brevidade, promover tal alteração na classificação deste troço da A8, incentivando, deste modo, uma política de mobilidade mais benéfica para os munícipes e para o ambiente."-----

---- Sobre o assunto, o **presidente da Assembleia** fez uma breve introdução das diligências encetadas por si, para municiar a autarquia para uma decisão política sobre a petição

apresentando de seguida a seguinte recomendação, cujo teor obteve consenso por parte de todos os grupos municipais. -----

“Recomendação - Petição A8”: -----

---- Após os contatos efetuados pelo presidente da Assembleia Municipal, com a “Autoestradas do Atlântico” e com o “Instituto da Mobilidade e Transportes”, e concordando este órgão com as finalidades propostas na petição em apreço, recomenda esta Assembleia, que a Câmara Municipal diligencie o necessário para que as finalidades referidas se concretizem. -----

---- Torres Vedras, 29 de junho de 2022.”-----

---- O *deputado Municipal António Carneiro* teceu algumas considerações sobre a célebre “guerra das portagens do Oeste” pois os torrienses continuam a pagar portagens enquanto os bombarralenses e os caldenses não. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que o CDS concorda com a recomendação, assinalando que a petição em causa foi uma das melhores propostas trazidas a este plenário por um cidadão, muito bem estruturada e fundamentada sobre algo que deve ter provimento esperando, por essas razões, empenho por parte da Câmara Municipal para a sua concretização, sabendo à partida que é uma pretensão difícil, mas que não pode ser tomada como uma causa perdida logo à nascença. Acha que é uma questão estrutural para o concelho e uma oportunidade que têm que agarrar com muita força. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação.-----

11 – INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES: -----

---- O presidente da Mesa informou que não seriam prestadas informações uma vez que não há avanços significativos, estando os trabalhos em fase de concretização. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

12 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

---- Presente informação em título datada de 22/06/2022, reportada ao período entre 1/04/2022 e 31/05/2022 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 7.587.783,10 e € 1.524.197,61 de dívidas a fornecedores.-----

---- O *presidente da Mesa* uma vez mais salientou a qualidade e detalhe da informação prestada, sobre a qual congratula a presidente da Câmara, pois entende que dignifica o Executivo e os serviços que estão na sua génese, que são merecedores de reconhecimento. -----

---- A *presidente da Câmara*, confirmou o detalhe da informação prestada, sobre a qual estava disponível para esclarecimentos, contudo antes gostaria de clarificar uma referência feita no dia anterior pelo cidadão Jorge Ralha, relativamente à organização das comemorações do centenário do Carnaval-----

-----Assim, informou que foi presente a uma reunião do Executivo, em maio, a proposta da constituição das comissões respetivas, ou seja, uma comissão de honra, onde prepuseram para presidir o Presidente da República, uma comissão executiva, a presidir pela presidente da Câmara, composta fundamentalmente por técnicos da autarquia que elaborarão as propostas que vierem a ser apresentadas e uma comissão consultiva alargada, composta por uma série de representantes de diversas entidades, incluindo os diversos grupos e associações de carnaval, que é aberta, no sentido de em qualquer altura poderem ser incorporadas mais pessoas por indicação do seu presidente. -----

-----Esclareceu ainda que o presidente da comissão consultiva deve ser eleito pelos outros elementos, ao contrário das duas outras, pelo que não tem presidente ainda, e pretende-se que esta comissão apresente propostas à comissão executiva, com vista à elaboração do plano de comemorações, que depois será presente ao Executivo Municipal para analisar e discutir até ter a sua versão final. -----

-----Quis também esclarecer algumas incorreções que constam do texto que foi distribuído a todo os presentes mais concretamente à frase “Certamente, por razões como estas, os vereadores do movimento Unidos propuseram-me, sem qualquer combinação prévia, para a Comissão Consultiva do Centenário do Carnaval. O PSD votou favoravelmente. A maioria do PS reprovou. Pior, reprovaram, também, António Carneiro.”, informando que, nessa reunião do Executivo, o Movimento Cívico Unidos por Torres Vedras UTV propôs efetivamente que os antigos vereadores da cultura fizessem parte da Comissão Consultiva, mas, após a devida análise por todos os membros do executivo, deliberaram por unanimidade, que antigos vereadores da cultura ficariam melhor na comissão de honra. -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro**, agradeceu o esclarecimento e aproveitou para se manifestar radicalmente contra a inclusão dos presidentes das cinco câmaras municipais da Rede de Cidade de Carnaval da Região Centro, na Comissão de Honra. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo**, referiu que se iria informar sobre estas comissões que em tempo próprio teriam a sua opinião. Quanto à atividade municipal disse que foi contactado por municípios sobre umas pedras colocadas junho à rampa de acesso à água na praia da Formosa, solicitando ser elucidado sobre esta decisão. -----

-----Debruçando-se sobre a página 14 do documento em discussão a *deputada municipal* **Susana Neves** destacou a apresentação do projeto “sentidos com vida”, direcionados a seniores institucionalizados em situação de dependência severa, que evidencia uma política municipal de saúde em prol dos seniores mais dependentes, em contexto de internamento nos lares, IPSS, que não só prioriza a grande dependência, mas também uma inovação, ou seja, uma intervenção na área da neurociência, a nível sensorial e comportamental, em que o município leva um terapeuta

às IPSS para trabalhar toda a profilaxia sensorial, os sentidos, as memórias visuais, a motricidade fina, o raciocínio e as emoções. -----

----- Sobre o mesmo sugeriu a introdução, por este terapeuta, antes e após a intervenção com o seu sénior, de escalas avaliativas, acreditando que se pode obter avaliações de impacto muito positivo e até gerar trabalho científico, e que ao fim um ano passe para o ambulatório, em articulação com o projeto da fisioterapia paliativa que o Município e todas as Juntas de Freguesia já praticam desde 2011. -----

----- Pelo exposto elogiou o município que tem uma constante preocupação na saúde com os mais vulneráveis e estes projetos são o que tornam a vida com sentido. -----

----- O *deputado municipal João Bastos*, também relativamente ao documento agendado, aludiu ao seu ponto 1 - obras municipais - Reabilitação da Rua Henriques Nogueira - para manifestar a sua satisfação por ver o projeto em elaboração, uma vez que o atual ordenamento do trânsito não faz sentido, e sobre o qual espera que haja participação pública para todos terem oportunidade de dar a sua opinião. -----

----- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* deu nota que hoje à tarde decorreu uma atividade da Escola Agrícola no polidesportivo descoberto do Parque Verde da Várzea tendo constatado que o parque de estacionamento junto ao mesmo estava cheio de caravanas. Aproveitou ainda para assinalar que a ocupação com caravanas continua a ser indevida por todo o concelho, nomeadamente nas arribas, mas há legislação que obriga os municípios a assegurarem locais próprios para estes veículos estacionarem, deixando este alerta para Câmara Municipal ter em conta. -----

----- Concluídas as intervenções foi dada a palavra à *presidente de Câmara*, para alguns esclarecimentos. Assim abordando a questão sobre a Praia Formosa explicou que houve um arranjo, que teve a ver com a necessidade de contenção da praia e da rampa, mas as lajes que tinham sido colocadas foram arrancadas pelo mar, afigurando-se ser um problema de difícil resolução, porque o mar está a escavar a rampa pelo lado de baixo. -----

----- Explicou ainda que, segundo os técnicos a hipótese mais viável seria a construção de um tipo de quebra-mar, o que não pretendem que aconteça agora e assim a colocação das pedras foi a solução que arranjam para conter a degradação da rampa. Também não é fácil tirar os dois pedregulhos da piscina devido às características únicas da praia, que impossibilita o transporte da maquinaria necessária para este tipo de intervenções. -----

----- Relativamente ao projeto “Sentidos com vida”, agradeceu as palavras da deputada municipal, concordando que se trata de um projeto importante de natureza social para os mais vulneráveis. --

----- Sobre a Rua Henriques Nogueira deu nota que surgiu a hipótese de apresentar candidatura para financiamento, para a qual já entregaram o estudo prévio e o projeto está a ser elaborado. ---

-----No tocante ao estacionamento desordenado de caravanas, informou que é uma preocupação que comunga, e nesse sentido há fiscalização que nem sempre é suficientemente efetiva. É de facto uma carência do município, e tem consciência que têm que arranjar mais espaços para este efeito, mais especificamente no litoral, mas também na cidade, para o qual já estão a efetuar um levantamento, mas ainda sem uma versão final do que deve ser feito. -----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

12.1 - PROPOSTA N.º 20/AM/2022 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal: -----

-----Ofício número 2380 de 28/04/2022: -----

----- 1 - Processo de obras ED/577/2021 - Requerimento: ED/7144/2021 - Daniela Filipa Domingos Antunes – parcela de terreno, situada na Rua do Cruzeiro Monte Redondo - União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 75,14m², a retirar do prédio inscrito na matriz, sob o artigo 20.º, da secção 1G 1, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 854, da freguesia de Monte Redondo e, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 375,70, arredondada para € 380,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -----

-----2 - Processo de obras ED/794/2021 - Requerimento ED/10236/2021 - José Joaquim Martins Antunes – parcela de terreno, situada em Casais Da Torre - Freguesia Santa Maria, São Pedro E Matacães, com a área de 43,00m² a retirar do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 34, secção E da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3087, da Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e S. Miguel), para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 215,00, arredondada para € 220,00 nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -----

-----3 - Processo de obras ED/885/2021 - Requerimento: ED/11389/2021 - Nelson José Marques Antunes – parcela de terreno, situada no Casal da Onia - Póvoa de Penafirme - União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 58,35m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo 26.º da secção JJ, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3536, da freguesia de A-dos-Cunhados e, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 291,75, arredondado para € 300,00, nos termos do ponto 2, do

artigo 38.º, do CIMI. -----

-----4 – Processo CT/264/2022 - Requerimento CT/1769/2022 – Real Estate Manaldi, Lda.- parcela de terreno, situada na Avenida Poente, em Torres Vedras, com a área de 660,00m², destinada a requalificação da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2094, e matriz rústica sob o artigo n.º 42 da secção “DD” (parte) da Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 7790, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) (extinta), à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.300,00. -----

-----Ofício número 2862, de 24/05/2022:-----

-----1 – Processo CT/671/2021 - Requerimento CT/5342/2021 – António Francisco Vieira Henriques - parcela de terreno, situada na Rua do Moinho, Bombardeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados, com a área de 61,50m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o n.º 5726, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 4253, da freguesia de A-dos-Cunhados e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 307,50, arredondado nos termos do CIMI para € 310,00.-----

-----2 – Processo CT/382/2022 - Requerimento CT/3010/2022 – Custódio Maria Duarte dos Santos - parcelas de terreno, situadas no Casal do Formigal, S. Pedro da Cadeira, Freguesia de S. Pedro da Cadeira, a retirar do prédio participado na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 59.º da secção “T”, da freguesia de São Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1248 da freguesia atrás citada, serão retirados 1.149,00m², para benefício da via pública, distribuídos pelas seguintes parcelas: Parcela 1 (Rua dos Moinhos) com a área de 114,00m²; Parcela 2 (Rua Gil Eanes) com a área de 186,00m²; Parcela 3 (Rua do Atlântico) com a área de 363,00m²;e Parcela 4 (Rua do Campo da Bola) com a área de 486,00m². Para efeitos de atribuição de valor às parcelas de terreno acima descritas, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 5.745,00, arredondado para € 5.750,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

-----3 – Processo CT/452/2022 - Requerimento CT/3567/2021 – Fátima Roque Costa - parcela de terreno, situada no Casal das Heranças, Sendieira, freguesia de Freiria, com a área de 88,00m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo n.º 129, da secção “A”, da Freguesia de Freiria e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 932, da citada freguesia, e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 440,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/351/1983 - Requerimento ED/4420/2021 – Ana Cristina Alves dos Reis Vieira – parcela de terreno, situada na Rua Principal, 3 - Póvoa de Além – União de

Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 540m², a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 19, secção QQ, de natureza Rústica, da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3975, da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.700,00. -----

-----5 - Processo de obras ED/168/2021 - Requerimento ED/2034/2021 – Ana Cristina Simão Firme Nobre – parcela de terreno, situada na Rua do Salgueiral – Boavista-Olheiros – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 42,10m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz com o n.º 66 Rústico, secção “U”, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4460, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 210,50, arredondado para € 220,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

-----6 - Processo de obras ED/531/2021 - Requerimento ED/6553/2021 – Valdomar Ferreira Rafael – parcela de terreno, situada na Rua dos Pregadores – Lapas Grandes – União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 12,57m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 196.º da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 507, da freguesia de Monte Redondo, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 62,85, arredondado para € 70,00, nos termos do CIMI. -----

-----7 - Processo de obras ED/424/2021 - Requerimento ED/5337/2021 – Cláudia Cristina Fortes Pinheiro – parcela de terreno, situada na Rua Da Paz N.º 2 – Almagra – União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 241,59m², para beneficiação da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz com o n.º 71 “G”, e urbana 2123, da Freguesia de Carvoeira e Carmões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1805, da Freguesia de Carvoeira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.207,95, arredondado para € 1.210,00, nos termos do CIMI. -----

-----8 - Processo de obras ED/627/2021 - Requerimento ED/7883/2021 – Carla Sofia Franco Carlos – parcela de terreno, situada na Rua do Forte, 3 - Bececarias – Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 120,00m² a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 24º da secção D, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 137 da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 600,00. -----

-----9 - Processo de obras ED/692/2021 - Requerimento ED/8743/2021 – Anabela da Costa Pereira dos Santos – parcela de terreno, situada na Rua Entre Pinhais – Casal das Naculas –

Freguesia de Silveira, com a área de 37,26m², a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 9236.º da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8439, da citada freguesia para requalificação da via pública, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 186,30, arredondado para € 190,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

----- 10 - Processo de obras ED/707/2021 - Requerimento ED/8958/2021 – Maria dos Anjos Loureiro Pinto e Outra – parcela de terreno, situada na Rua do Sol – Casal dos Feros – União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 604,00m², sita na Rua do Sol, Casal dos Feros, freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, para alargamento da via, a retirar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7001.º, da secção P, da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8850, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 3.020,00. -----

----- 11 - Processo de obras ED/912/2021 - Requerimento ED/11183/2021 – Ana Paula dos Santos Gonçalves – parcela de terreno, situada na Rua da Estrada Militar – Bonabal – Freguesia de Ventosa, com a área de 42,95m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 5437 Urbana, secção “P” da Freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2572, da mesma Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 214,75, arredondado para € 220,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI.-----

----- 12 - Processo de obras ED/9/2022 - Requerimento ED/218/2022 – Licínio Gonçalo Ruivo Miranda – parcela de terreno, situada na Rua Principal – Assenta – Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 58,90m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz predial urbana com o n.º 4378-P, da freguesia de S. Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3425, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 294,50, arredondado para € 300,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

----- 13 - Processo de obras ED/902/2021 - Requerimento ED/11541/2021 - Rui Jorge Pereira Rocha Martins – parcela de terreno, situada na Rua do Pião – Braçal - União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 2,45m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 604, da freguesia de Carmões e inscrito na matriz sob o artigo 62, secção B, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 27,25, arredondado para € 30,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI.-----

----- 14 - Processo de obras ED/723/2021 - Requerimento ED/9220/2021 - João Miguel Coutinho

Ferreira – parcela de terreno, situada na Rua da Sucata n.º 1 – Brejenjas - União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira, com a área de 327m² para requalificação da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1273, da freguesia de A-dos-Cunhados, e descrito na matriz com o n.º 11 Rústico, secção RR, e urbana sob o artigo n.º 4013, da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.635,00, arredondado para € 1.640,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI.-----

----- 15 - Processo de obras OP/7/2018 - Requerimento OP/1598/2022 – Clarinda Maria Ribeiro Antunes Inocência – parcela de terreno, situada na Rua dos Antunes, 3 – Cambelas – Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 2,95m² para requalificação da via pública, que serão retirados do Prédio Urbano inscrito na matriz sob o n.º 2308, da freguesia de S. Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 915, da citada Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 14,75, arredondado para € 20,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

----- Ofício número 2939 de 27/05/2022:1 – Processo CT/411/2022 - Requerimento CT/3217/2022 – Anabela Benedito Moreira - parcela de terreno, situada na Rua Alto da Vista, Casal das Portelas, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 349,20m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 117.º, secção J, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5307, da freguesia de A-dos-Cunhados e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.746,00, arredondado nos termos do CIMI para € 1.800,00. -----

-----2 – Processo CT/458/2022 - Requerimento CT/3588/2022 – Esboço Flutuante – Unipessoal, Lda. - parcela de terreno, situada na Travessa das Flores, Casal Cochim, Freguesia de Silveira, com a área de 57,50m² destinada a alargamento da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 9495, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 8447, da citada freguesia, e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 287,50, arredondado nos termos do CIMI para € 290,00.--

-----3 – Processo CT/453/2022 - Requerimento CT/3568/2022 – Fátima Roque Costa - parcela de terreno, situada no Casal das Heranças, Sendieira, Freguesia de Freiria, com a área de 249,00m² destinada a alargamento da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz sob o artigo 117.º, secção “A”, da Freguesia de Freiria, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2210, da citada freguesia, e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.245,00, arredondado nos termos do CIMI para € 1.260,00. -----

-----4 – Processo ED/532/2020 - Requerimento ED/6555/2020 – Pedro de Jesus Lourenço - parcela de terreno, situada em Poço Grande, Sobreiro Curvo, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 4,00m² destinada a alargamento da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz com o n.º 6982-P, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 9503, da Freguesia de A-dos-Cunhados, e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 20,00.-----

-----5 - Processo de obras ED/1204/1990 – Requerimento ED/538/2022 – Severino Dias Guerra – parcela de terreno, situada na Avenida Combatentes da Grande Guerra – Vila Facaia – Freguesia de Ramalhal, com a área de 78,00 m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio Urbano inscrito na matriz com o n.º 1982, da freguesia de Ramalhal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1018, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 390,00.-----

-----6 - Processo de obras ED/225/2019 - Requerimento ED/1656/2022 – Luís Manuel Mateus Ventura – parcela de terreno, situada na Rua da Saibreira – Ermegeira – União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, ampliação da área de cedência em 12,50m², para requalificação da via pública, a retirar do Prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 36.º, secção DD, da União das freguesias de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1566, da freguesia de Maxial, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 62,50, arredondado para, € 70,00, nos termos do CIMI.-----

7 - Processo de obras ED/775/2021 - Requerimento ED/9958/2021 - José António de Carvalho Gomes – parcelas de terreno situadas na Rua Porto do Moinho - Vila Seca - União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 35,50m² para requalificação da via pública, assim: 7,50m² a retirar do prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo 69 da secção LL, da freguesia de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4389, da freguesia de Maxial, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 37,50, arredondado para € 40,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI; 28,00m² a retirar do prédio inscrito na matriz urbana com o n.º 3018, da freguesia de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4389, da freguesia de Maxial, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 140,00.-----

-----8 - Processo de obras ED/889/2021 - Requerimento ED/11412/2021 - Nelson Dias Pereira – parcela de terreno, situada na Rua da Serra - Casal Moutelas - Freguesia da Ventosa, com a área de 67,60 m² a retirar do prédio descrito na matriz com o n.º 42 Rústica, secção GG, da freguesia da Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 82, da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de €

5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 338,00, arredondado para € 340,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI. -----

----- 9 - Processo de obras - ED/898/2021 - Requerimento ED/11507/2021 - Joaquim Jorge Franco Ribeiro Feijão – parcela de terreno, situada na Rua dos Moinhos – Soltaria - Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 34,00m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 17 AA da freguesia de São Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 41, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 170,00.-----

----- 10 - Processo de obras ED/110/2022 Requerimento ED/1527/2022 - Maria Alexandra Santos de Figueiredo – parcela de terreno, situada na Rua 25 de Abril - Mouguelas - União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 97m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 53, secção AA, da Freguesia de Dois Portos e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 914 da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 485,00, arredondado para € 490,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -----

----- 11 - Processo de obras ED/81/2022 - Requerimento ED/1195/2022 - Shane Patrick Pacheco Nolan – parcela de terreno, situada na Rua Estrada Militar – Bonabal - Freguesia de Ventosa, com a área de 49,00m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz urbana, com o n.º 5470-P, da freguesia de Ventosa e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5511, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 245,00., arredondado para € 250,00, nos termos do CIMI.-----

----- 12 - Processo de obras ED/84/2022 - Requerimento ED/1235/2022 – Márcia dos Santos Abreu – parcela de terreno, situada na Rua 8 de Dezembro – Melroeira – Freguesia e Turcifal, com a área de 13,80m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 3541º- P, da Freguesia de Turcifal, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 904, da citada freguesia e à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 69,00, arredondado para € 70,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

----- 13 - Processo de obras ED /255/2019 - Requerimento ED/11122/2021 - Daniela Cristina de Henriques Brás – Ampliação de Habitação Unifamiliar - Rua Principal – Alfeiria - União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, a câmara deliberou aceitar a correção da área de 64,00m2 para 64,50m2 referente à cedência ao domínio público, para requalificação da via pública, a retirar do prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 991, da freguesia de Carmões, e inscrito na matriz sob o art.º 2355-P, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões.-----

-----Ofício número 3323 de 9/06/2022:-----

----- 1 – Processo ED/560/2020 - Requerimento ED/1739/2022 – João Paulo Tomás Santos Marques Feijão - parcela de terreno, situada na Rua dos Lourenços - Casal da Bica, 22, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 71,60m² destinada a requalificação da via pública, do prédio, inscrito na matriz sob o artigo 7171.º, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 8727, da mesma freguesia e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 360,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

----- 2 – Processo CT/587/2022 - Requerimento CT/4521/2022 – Ana Cristina Alves dos Reis Vieira - parcela de terreno, situada na Rua Principal – Póvoa de Além, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 540,00m² destinada a requalificação da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz sob o n.º 19, Secção QQ, art.º 848, art.º399, art.º 4067 e art.º 3705 da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3975, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.700,00. -----

----- 3 – Processo CT/260/2022 - Requerimento CT/2077/2022 – Filomena Maria Franco Henriques Silva - parcela de terreno, situada Casal das Naculas, Freguesia de Silveira, com a área de 120,00m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 32 da secção “C”, da freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2826, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 600,00;-----

----- 4 – Processo CT/596/2022 - Requerimento CT/4609/2022 – Herança de Maximino Augusto Caldas - parcela de terreno, situada em Rua da Bica, 83, Ponte do Rol, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 50,00m² destinada a requalificação da via pública, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1179 da freguesia de Ponte do Rol, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 334, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 250,00; -----

----- 5 – Processo ED/195/2021 - Requerimento ED/2649/2022 – RA – Instalações Elétricas, Lda. - parcela de terreno, situada em Rua da Pincela e Cajados, Póvoa de Penafirme, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 57,50m² destinada a requalificação da via pública, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6887 da União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 9426, da freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 290,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. --

-----6 - Processo de obras - ED/397/2019 - Requerimento: ED/6071/2021 - Mónica Andreia Alves Raimundo – parcela de terreno, com a área de 1,06 m² situada na Rua da Beira – Carvoeira - União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, para beneficiação da via a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 2392 da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2749, da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, a acrescer à cedência já aprovada por deliberação do executivo de 28/04/2020 , à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 5,30, arredondado para € 10.00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI.-----

-----7 - Processo de obras ED/611/2020 - Requerimento: ED/7758/2020 - Márcia Andreia Martins Francisco – parcela de terreno, situada na Rua António Francisco - Santa Cruz - Freguesia da Silveira, com a área de 47,20 m², a retirar do prédio Urbano inscrito na matriz com o n.º 6142, da freguesia da Silveira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8251, da mesma freguesia, para beneficiação da via pública em toda a extensão de terreno, frente confinante com o arruamento, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 236,00, arredondado para € 240.00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

-----8 - Processo de obras ED/498/2021 – Requerimento ED/6161/2021 – Maria Otilia Matias Ribeiro Antunes – parcela de terreno, situada em Campelos - União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 34,83m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio inscrito na matriz com art.º 40 da secção “O”, da freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3177, da freguesia de Campelos, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 180,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

-----9 - Processo de obras ED/606/2021 – Requerimento ED/7626/2021 – Costa Moura & Silva Palma – Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Avenida Padre Raul Sarreira, 10, Ponte do Rol, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 37,75m² para requalificação da via pública que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 741, da Freguesia de Ponte do Rol, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 977, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 188,75, arredondada para € 190,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

----- 10 - Processo de obras ED/654/2021 – Requerimento ED/8123/2021 – Filipa Isabel Plácido Norberto – parcela de terreno, situada na Calçada da Poça, 8, em Folgarosa, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 12,69m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 3020-P, da Freguesia de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5300, da freguesia de Maxial à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor

total de € 63,45, arredondado para € 70,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

----- 11 - Processo de obras ED/822/2021 – Requerimento ED/10663/2021 – Carla Alexandra Pereira de Jesus Chainho Roxo – parcela de terreno, situada na Rua do Juncal n.º 31, Patameira, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 6,15 m² para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 2085 da Freguesia de Dois Portos e Runa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 392, da Freguesia de Dois Portos, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o valor total de € 40,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

----- 12 - Processo de obras ED/856/2021 – Requerimento ED/11048/2021 – Construção Civil Vicente & Norberto, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Monte Bom, Casal das Mós, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 19m², para requalificação da via pública que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 7039-P, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 574, da Freguesia de Maceira, e à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 95,00, arredondado para € 100,00, nos termos do CIMI. -----

----- 13 - Processo de obras ED/857/2021 – Requerimento ED/11049/2021 - Construção Civil Vicente & Norberto, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Monte Bom, Casal das Mós, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, área de 72,50m² para requalificação da via pública que será retirada do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 7040 Urbano [P] da União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 418, da freguesia de Maceira, à qua foi considerado um custo unitário de €, 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 362,50, arredondado para € 370,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º do CIMI.-----

----- 14 - Processo de obras ED/71/2022 – Requerimento ED/1053/2021 – Maria de Fátima Carvalho da Costa Fiúza – parcela de terreno, situada na Rua do Campo da Bola, n.º 52, Sendieira, Freguesia de Freiria, com a área de 268,45m² para requalificação da via pública que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 2589, da Freguesia de Freiria, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3325, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.350,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

----- 15 - Processo de obras ED/59/2022 - Requerimento ED/850/2022 - Carla Marina Dimas Fernandes Moura – parcela de terreno, situada na Rua Vale da Fonte em Campelos, União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 142,18m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 4.º da secção F, da Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres

Vedras com o n.º 1744, da freguesia de Campelos, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 710,90, arredondado para € 720,00, nos termos do CIMI.-----

----- 16 - Processo de obras ED/121/2022 – Requerimento ED/1648/2021 – Filipe Fiúza Pereira – parcela de terreno, situada no Casal da Carrasquinha, A-dos-Cunhados, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 14,50m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 5879, da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7318, da freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 72,50, arredondado para € 80,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.

----- 17 - Processo de obras ED/166/2022 – Requerimento ED/2205/2022 – Sérgio dos Santos Pereira – parcela de terreno, situada na Rua dos Moinhos em Bonabal, Freguesia de Ventosa, com a área de 89,00m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 67, “secção I” da freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 374, da mesma freguesia à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 445,00, arredondado nos termos do CIMI para € 450,00.-----

----- 18 - Processo de obras ED/115/2022 - Requerimento: ED/1597/2022 - Rosa Maria Ribeiro Antunes Reis – parcela de terreno, situada na Rua dos Antunes, n.º 1 em Cambelas, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 46,70 m², para requalificação da via pública a retirar do prédio Urbano descrito na matriz com o n.º 231, da freguesia de São Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 916, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 233,50, arredondada para € 240,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

----- Ofício n.º 3616 de 23/06/2022:-----

----- 1 – Processo CT/647/2022 - Requerimento CT/4988/2022 – Alberto Ferreira - parcela de terreno, situada em Rua Praia do Norte, Assenta, Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 255,00m² destinada a requalificação da via pública, inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 29.º, secção “X”, da Freguesia de S. Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 895, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de seiscentos euros € 1.275,00, arredondado para € 1.280,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI.-----

----- 2 - Processo de obras ED/190/2019 - Requerimento ED/663/2022 - Paulo Jorge Diogo Fontes Pereira – parcela de terreno, situada no Casal da Lage - União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 87,50m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 60, secção R, da Freguesia de Campelos e Outeiro da

Cabeça, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o artigo 595, da Freguesia de Campelos, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 437,50, arredondada para € 440,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

-----3 - Processo de obras ED/708/2020 – Requerimento ED/9045/2020 – Maria Helena Patrício Marques Pinto de Magalhães Oliveira – parcela de terreno, situada na Rua da Portela, Asseiceira, Freguesia de Freiria, com a área de 85,00m2, para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 139.º da secção “O”, da Freguesia de Freiria, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2574, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 425,00, arredondado para € 430,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

-----4 - Processo de obras ED/231/2021 – Requerimento ED/2951/2021 – Maria Beatriz Soares Araújo Fialho Gouveia – parcela de terreno, situada na Rua João Lopes Perestrelo, Ermegeira, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 724,80m2, para requalificação da via pública, que serão retirados da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz sob o artigo n.º 98º, da secção “EE”, da União das freguesias de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3275, da freguesia de Maxial, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 3.624,00, arredondado para € 3.630,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

-----5 - Processo de obras ED/453/2021 – Requerimento ED/5581/2022 – Tatiana Raileanu – parcela de terreno, situada no Alto do Seixinho, Ponte do Rol, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 116,94m2 para requalificação da via pública que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 2611-P da Freguesia de Ponte do Rol e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2222, da mesma Freguesia e à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 584,70, arredondado para € 590,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -----

-----6 - Processo de obras ED/626/2021 – Requerimento ED/7876/2021 – Rui Manuel Esteves Abreu – parcela de terreno, situada na Rua da Escola n.º 6, Loubagueira, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 3,47m2, para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 668, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 4754, da freguesia de Maxial (extinta), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 17,35, arredondado para € 20,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI. -

-----7 - Processo de obras ED/828/2021 – Requerimento ED/10715/2021 - Maria de Fátima Franco Abreu Quaresma – parcela de terreno, situada na Rua dos Maias, Turcifal, Freguesia de Turcifal, com a área de 28,70 m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na

matriz da sob o art.º 1606, da Freguesia de Turcifal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 491 da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 143,50, arredondado para € 150,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º do CIMI.-----

-----8 - Processo de obras ED/149/2022 – Requerimento ED/1990/2020 – José Venâncio da Silva Franco – parcela de terreno, situada na Travessa da Amizade, Feiteira, Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 94,00m², que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 17, secção “J”, da freguesia de S. Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3257, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de €5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 470,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou imprecisões a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----- Pelas 22h50m, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
